

QUEIMADO: O MALOGRO

VERA MARIA DA PENHA

REGISTRA A HISTÓRIA QUE O PRIMEIRO CONTRATO oficial para introdução da mão-de-obra africana no Brasil foi assinado em 1583, entre Salvador Correia de Sá, governador da Cidade do Rio de Janeiro e João Gutiérrez Valério. Decorridos cem anos após a assinatura, havia no Brasil cerca de cinqüenta mil escravos. Deles, disse o padre Antonil, em seu livro *Cultura e Opulência do Brasil*: “Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”.

Com efeito, a escravidão do negro se transformara numa coisa tão natural que até mesmo os religiosos tinham escravos.

José do Patrocínio, filho de um padre com uma escrava, grande defensor dos negros, fazendo referência a uma lei de 1831 que declarava livres todos os negros entrados no Brasil a partir daquela data, escreve:

.....
Não é a primeira vez que folheio este raríssimo documento, em que estão nomes de pessoas de grande vulto em nossa história. Mas, um nome me havia escapado. Era o nome de um sacerdote de Jesus Cristo, de um cônego honorário e pregador da Capela Imperial, condecorado com as ordens da Rosa e do Cristo, vigário da Vara de Campos, examinador sinodal do bispado do Rio de Janeiro, e, na época, deputado provincial por esta província, o bacharel João Carlos Monteiro.

Este é o nome do meu pai!

.....
Como o desgraçado Arsênio, vi eu no lar, com que me criei, muitos outros africanos, que decerto tiveram a mesma origem, e dele proveio a escravatura de meu pai, que subiu a 92 pessoas.

Estes desgraçados, por morte do senhor, foram vendidos para pagar as dívidas do homem que os havia escravizado! (*Grandes personagens da nossa História*, vol III, fls. 597, Abril Cultural)

Aqui no Espírito Santo, o Convento da Penha chegou a abrigar, por volta do ano de 1842, 47 escravos, cujas idades variavam entre 60 anos e 3 meses, conforme vai no relatório de Frei Victorino de Saneta.

Frei Basílio Röwer, em seu livro *O Convento de N.S. da Penha do Espírito Santo*, edição 1965, fls. 84, se diz surpreso com o grande número de escravos da Penha, e registra: “A explicação que se nos oferece é que na conservação do Santuário e do Convento e de todas as benfeitorias na montanha, como também a lavoura em terreno ingrato exigiam maior número de braços”.

Os negros eram trazidos da distante África para o Brasil em porões de navios, que ficaram conhecidos como navios negreiros, porque transportavam carga humana de cor negra, para aqui ser vendida aos brancos, senhores de terras e de engenhos e lhes servir como escravos pelos resto da vida. Nos porões daqueles navios eram amontoadas trezentas, quinhentas pessoas, homens, mulheres e crianças, como coisas de pouco trato, para uma travessia que levava mais de trinta dias.

Não haviam perdido a guerra para os brancos, não tinham saqueado os seus armazéns, jamais ofenderam suas esposas ou filhas. A cor e a falta de cultura eram o único motivo encontrado para que a liberdade lhes fosse tirada. Tinham a pele da cor da noite escura e não tinham ainda desabrochado para o desenvolvimento cultural alcançado pelo homem europeu. Animais em formato humano na concepção do homem branco. Bons para o serviço pesado. Passíveis de serem submetidos a toda sorte de maus-tratos físicos e morais, sem direito a reação, até onde a condição humana pode suportar.

Era um sonho dantesco... o tombadilho
Que das luzernas avermelha o brilho,
Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros... estalar de açoite...
Legiões de homens negros como a noite,
Horrendo a dançar...
Negras mulheres, suspendendo às tetas
Magras crianças, cujas bocas pretas
Rega o sangue das mães:
Outras, moças, mas nuas e espantadas,
No turbilhão de espectros arrastadas,
Em ânsia e mágoa vãs!”

(Castro Alves, “Navio Negreiro”)

Alimentavam-se dos restos de comida da tripulação e não dispunham de água potável para beber. Sujeitos a toda espécie de contaminação pela falta de higiene a que eram submetidos, muitos não resistiam e morriam, tendo o oceano como túmulo. Isto aconteceu por muitos e muitos anos. Séculos e séculos. Só em 1813, o príncipe regente, Dom João, pressionado pelas vozes que clamavam em favor do povo que não pediu para não nascer branco, publicou Alvará onde fez anotar que os atos cometidos contra os negros feriam o direito divino e natural, ordenando severamente que o número de embarcados fosse limitado, que cada navio deveria contar com um cirurgião e uma enfermaria; que fosse fornecida comida saudável aos transportados e água limpa em tonéis bem vedados e limpos; e que fosse feita vistoria regular nos navios para verificação do asseio e da salubridade.

Desembarcados, eram os sobreviventes da travessia tratados e escovados, para causar melhor impressão aos compradores, senhores de engenho e fazendeiros, que os levavam às suas propriedades para o atrelamento escravo, que só acabava com a morte. E escravos seriam seus filhos, seus netos, seus bisnetos, por gerações e mais gerações. Uma maldição sem previsão de final.

Havia bons senhores. Havia senhores moderados. Mas havia senhores tão cruéis que chegavam ao ponto de cortar as mãos e as orelhas de seus escravos para castigá-los de alguma falta, principalmente das fugas. Outros havia que os submetiam a castração; que amputavam os seios das mulheres ou que chegavam ao sadismo de extrair os olhos das criaturas. Havia ainda os que cobriam o corpo do negro com melado, amarrando-o sobre um formigueiro, para serem picados pelas formigas ou num curral, para serem lambidos pelos bois.

Era horror em demasia para uma gente sem patrono, sem defesa, sem voz.

Só havia uma saída: a fuga e a formação de um quilombo, até que o capitão do mato o encontrasse. O mais conhecido deles, o de Palmares, em Alagoas, imortalizou Zumbi, pela sua audácia.

Nos altos cerros erguido
Ninho de águias atrevido
Salve! - país do bandido!
Salve! - pátria do jaguar!
Verde serra, onde os Palmares
- Como indianos cocares -
No azul dos Colúmbios ares,
Desfraldam-se em mole arfar!

Palmares! A ti meu grito!
A ti, barca de granito,
Que no soçobro infinito
Abriste a vela ao trovão,
E provocaste a rajada,
Solta a flâmula agitada,
Aos urras da marujada,
Nas ondas da escravidão!”

(Castro Alves, “Saudação a Palmares”)

Desejos de liberdade

AQUI, AO ESPÍRITO SANTO, eles começaram a chegar por volta de 1550. E o seu destino não foi diferente do daqueles que se destinaram a outras capitâneas.

E, como em todo o território nacional, jamais se conformaram com o cativo.

Os mais ousados se rebelavam, fugiam e, quando apanhados, eram amarrados ao tronco e açoitados, dominados por uma bola de ferro presa aos pés, presenteados com um colete de ferro colocado ao redor do pescoço ou torturados pela fome e pela sede até a morte.

Mas o pensamento de liberdade nunca os abandonou. Uma geração passava, a outra que a sucedia vinha com mais sede de libertação.

Os mais afortunados, escondiam-se nas matas de tal maneira que dificilmente podiam ser encontrados. E, sempre que a sorte os favorecia, promoviam novas fugas nas senzalas, engrossando a sociedade que formavam nos picos das montanhas, no seio das florestas.

Cleber Maciel, em seu livro *Negros no Espírito Santo*, informa que há documento registrando a existência de quilombos no Espírito Santo, desde 1710, tendo sido encontrados em Itapemirim, Serra, Muribeca, Ponta da Fruta e Guarapari. E que, em 1823, os moradores brancos de São Mateus pediram ao governo providências contra o grande número de quilombos existentes naquela região.

Informa ainda o mesmo autor que, em 1822, os escravos da Serra, Jacaraípe, Iúna, Itapemirim, Queimado e Pontal da Cruz promoveram uma revolta, logo abafada, tendo sido presos e castigados muitos negros.

Além desse episódio, registra a História outros levantes de negros no Espírito Santo contra a escravidão que os oprimia, quais sejam: 1827, em São Mateus; 1830, em Itacibá; 1832, em Guarapari; 1866, 1867 e 1873, na Safra.

Maria Stella de Novaes, in *História do Espírito Santo*, fls. 152, conta que, em 1827,

[...] mais de 90 escravos, aquilombados em São Mateus, ameaçavam invadir a Vila e reunir-se aos das fazendas. Ficou a população temerosa, diante do perigo. Por isso, a Câmara Municipal dirigiu-se ao Presidente da Província que, imediatamente, tomou acertadas providências. Mandou, para ali, um Capitão da Tropa de Linha e vinte praças, com ordem de prender e castigar os insurretos.

Muitos tinham conhecimento de que em épocas remotas seus pais viveram a liberdade numa terra verde, grande e muito distante. Uma terra que ficava do outro lado do mar, onde o braço a nado não alcança e só o pensamento vai em devaneios visitar. Até que foram feitos prisioneiros e trazidos para cá como escravos.

Outros, como Chico Prego e João da Viúva, personagens principais da história que vamos a narrar, tinham eles próprios experimentado a liberdade na pátria grande, a mãe África, até que foram surpreendidos com os elos da escravidão, que começava na compra ou na captura, do outro lado do oceano, e se eternizava nas fazendas deste país tão vasto e verde como a pátria que havia ficado para trás. E seus filhos nasceriam escravos. E os filhos de seus filhos também nasceriam escravos. E os anos e os séculos haveriam de surpreender a todos os homens e mulheres da cor da noite escura com correntes nos pés, com os passos limitados, com as asas da liberdade cortadas, condenados ao eito, à palmatória, ao chicote, ao pelourinho, ao esbofeteamento moral, à execução sumária. Escravos.

Escravo não tem voz e não tem querer. Escravo é só obediência, é só servir, é só aceitar.

Mas escravo ouve.

E eles ouviam falar de muitos homens nobres que lutavam para que o Brasil acabasse logo com aquela mancha negra que sujava o seu presente num rastro longo do passado. Ouviam dizer que muitos brancos estavam em desalinho com a ordem reinante: submeter pela força uma raça ao trabalho para que as suas fazendas e os seus negócios prosperassem. Ouviam falar que verdadeiras batalhas se travavam nas tribunas das assembleias dos deputados, uns querendo apressar a liberdade, outros torcendo para que ela nunca se fizesse. E eles estavam cansados de servir como gado. Muitos nasceram aqui

respirando a liberdade que emana de todas as cercanias deste imenso torrão. Era-lhes difícil aceitar que, apenas por terem nascido com a cor do fundo das panelas que ferviam no fogão de lenha, cozinhando os alimentos, fossem tratados como cães vadios, como seres indignos, a quem se negava o direito até mesmo de dar uma passada que não fosse autorizada por um branco intitulado “senhor”.

Só havia duas maneiras de escapar ao cativo: fugindo para o mato e formando um quilombo, como já foi lembrado, ou vestindo a farda para defender a coroa, como soldado, isso já no século XIX.

Com efeito, durante o Segundo Reinado, pipocavam no Brasil revoluções liberais contrárias à forma de governo instituída. Para aplacar as revoltas, o imperador convocava homens livres a se colocarem a seu serviço. Os moços que não queriam se bater nos campos de batalha escolhiam um escravo que ia vestir a farda e lutar em seu lugar. O escravo assim escolhido era destacado dos demais e, se desse sorte, poderia entrar para os anais da História, como o negro Henrique Dias, que até hoje é lembrado por sua atuação em desfavor dos holandeses.

Mas eram poucos os que tinham a chance de se baterem ombro a ombro com os brancos. O grande contingente de negros feitos escravos ainda estava nas fazendas, nos cafezais, nas plantações de cana-de-açúcar, nos engenhos. E a liberdade, para esses, parecia coisa remota.

Fundação da Serra

A ALDEIA DE CONCEIÇÃO DA SERRA foi fundada no ano de 1556 pelo padre Braz Lourenço. Coube ao padre Fabiano de Lucena o encargo de animá-la, tendo levantado no local uma igreja grande “muito airosa e bem guarnecida com uma casa para os Jesuítas (Maria Stella de Novaes, *in História do Espírito Santo*, fls. 31).

A freguesia de São José do Queimado

Queimado, quem te queimou?
Foi o sonho de liberdade
Na hora em que se findou...

SEGUNDO NOTA QUE VAI ÀS FLS. 99 do livro *Insurreição do Queimado*, de Afonso Cláudio (1979, FCAA), a Freguesia de S. José do Queimado foi criada pela lei provincial n. 9, de 1846, tendo como limites

[...] a freguesia da Serra, pelo rio Tangui e porto do Una, seguindo a margem do brejo até a ponte do mesmo nome, e em linha reta até a estrada de São João na ladeira de pedras compreendendo Itapocu e todo o Caio-abá. Separando-se da freguesia de Cariacica pelo rio Taua até Boapaba e daí pela lagoa do Cambe até o rio Calambá em direitura ao centro.

Registra a história ter o Distrito do Queimado pertencido à cidade de Vitória, sendo depois anexado à Serra, mais tarde passando a pertencer a Santa Leopoldina, voltando a fazer parte de Vitória. Atualmente, é distrito da Serra.

Informa Clério José Borges, in *História da Serra*, fls. 115, que Queimado possuiu sua primeira Escola Pública, em ato oficial de 12 de abril de 1847 e teve uma Escola Feminina, inaugurada em 4 de agosto de 1873.

F. Eujenio de Assis — in *Levante dos Escravos de São José do Queimado*, 1948 — informa que a estatística de 1879, trinta anos depois do levante dos escravos, dava como certo para Queimado uma população formada por 3.528 pessoas, contando-se entre elas 838 escravos, cinco professores, vinte e seis comerciantes, duzentos e sete costureiras, setenta e três tecelões. Em 1945, havia apenas 804 pessoas em todo o distrito.

Mas quem hoje há de acreditar que a Freguesia de São José do Queimado, plantada ali defronte do monte conhecido como Mestre Álvaro, já tenha abrigado cerca de cinco mil almas? Pois era assim nos idos de 1849. Um povoado em crescimento, formado por brancos, negros e mulatos. Lavouras de café e de cana. Grandes milharais. Casas de comércio, que o comércio era vantajoso pelo Rio Santa Maria. Hoje nada mais resta nem do povoado, nem das casas grandes, nem das senzalas, nem das casas de comércio. Não há da vila qualquer vestígio. Lá e acolá uma casa modesta de fazendeiros instalados na região, transmitindo a quem chega uma idéia de melancólico abandono.

Só as ruínas da igreja desafiam o tempo, como um espectro macabro a denunciar o esmagamento do sonho de liberdade vivido pelos homens negros feitos escravos, naquela região.

Nas ruínas, bate o vento, imitando o gemido dos açoitados, quando apanhados pelos capitães do mato. Nas ruínas, sibila o sussurro das vozes cativas, rezando, contritas, pela liberdade. Nas ruínas, esbarra o grito de liberdade saído da garganta dos negros revoltados pela traição sofrida.

Atrás das ruínas do que fora o templo, o cemitério, possivelmente mais velho que a igreja, com seu muro feito de pedras coladas com barro, óleo de peixe e de andiroba, as lápides de mármore esvaçadas pela ação de malfeitores.

Tudo em volta é silêncio, às vezes quebrado pelo lânguido vôo de uma ave sobre a mata, denunciando os visitantes. Trepadeiras e cipós se entrelaçam, formando um muro verde em redor do templo vencido, como se quisessem escondê-lo ou protegê-lo das vistas dos homens. A terra foi salgada com o sal das lágrimas dos que sofreram com as barbaridades praticadas pelos brancos contra os negros vencidos. É terra mal-assombrada. Terra de mulas-sem-cabeças, de boitatás, de caaporas.

O assobiar do vento, nas noites de lua cheia, traz o lamento dos que pediram clemência e não foram ouvidos.

O pasto é sem brilho; a vegetação, tristonha.

Os rios, outrora abundantes, secaram, à exceção do Santa Maria, que ainda desfila, ao longe e em silêncio, as suas águas mansas, já não vistas da colina onde dormem as ruínas

Após o episódio que culminou com o rigor da Justiça sobre os homens negros, a quem tudo se negava (e ainda hoje se nega), a população desgostou e foi devagarinho se mudando para a Serra e para outros lugares, até deixar o lugar em total abandono. Como se fosse um sítio sagrado ou maldito.

A liberdade mais próxima, com frei Gregório

— Foi a promessa de vida
Quando a luz se apagou.

FREI GREGÓRIO JOSÉ MARIA DA BENE era natural de Roma e pertencia à ordem dos capuchinhos. Fora missionário na Índia, vindo para o Brasil em 1844, tendo sido designado para servir na província do Espírito Santo, em trabalho junto aos índios. Aqui chegou, em 23 de setembro, juntamente com Frei Luiz de Ravena e Frei Bento de Gênova.

Após passar por vários sítios, foi nomeado vigário da freguesia de São José do Queimado, onde, a 15 de agosto de 1845, lançou a pedra fundamental da igreja de São José, imaginando salvar pela fé a população ali existente, formada por pessoas pobres, em sua maioria, sem qualquer cultura, e onde muitos

roubos e homicídios se registravam, devido à embriaguez constante de alguns de seus moradores. Na obsessão de alcançar o seu propósito, peregrinou de fazenda em fazenda, conclamando os homens brancos, pretos e mulatos a se apresentarem para com ele carregar pedras, areia e madeiras para a obra da igreja. Mas o trabalho seguia lento e o frei tinha pressa em concluir a igreja, que seria uma das mais bonitas da província.

Não se sabe se por idéia sua ou se por idéia do negro Elisiário, após consultar os senhores e, evidentemente, estes estarem de acordo, inclinou-se o padre às senzalas, propondo barganha tentadora com os escravizados: se doassem as suas horas de folgas em favor da construção do templo, ele haveria de intervir junto à rainha (rainha era como os negros chamavam a imperatriz do Brasil, Dona Tereza Cristina, que, segundo consta, não aprovava a escravidão), para que ela lhes desse a alforria cobiçada, o que deveria acontecer dentro de um ano, na festa de São José.

A proposta era tentadora e tinha cunho de seriedade, pois vinha de um padre.

Os escravos não eram devotos de São José, embora, por força e imposição da Igreja, se fizessem cristãos. Tinham outros deuses, cultuavam outras crenças, dando-se a entendimentos com divindades alheias ao culto católico e por este condenado. Mas a proposta era tentadora. Um padre, representante de Cristo na Terra, não haveria de faltar com sua palavra. Um padre sempre tinha influência sobre negros e brancos. E muitos senhores se curvavam a sua palavra, acatando os seus ensinamentos ou as suas sugestões.

No Domingo, era-lhes facultado o descanso, que a terra também descansava, em observação ao antigo mandamento do Senhor.

Pela liberdade, os negros trabalhariam aos domingos na construção do templo, trabalhariam nos dias santos e até mesmo nos dias úteis, nas noites de lua cheia, depois da grande jornada em favor do "sinhô".

Elisiário, escravo de Faustino Antônio de Alvarenga Rangel, tornou-se o grande líder da construção. Crente na palavra do representante de Cristo, animava os companheiros a darem a sua força em favor do templo, estando ele à frente para coordenar os trabalhos, pegando duro no batente.

Logo haveriam de ter a sua própria terra. Derrubariam a mata, aproveitariam a madeira para erguer as suas casas, fariam roçados de cana, milho e mandioca.

Semear a semente, ver a planta germinar, o milharal pendoar, quebrar a espiga, assar na brasa viva... Dar de comer aos filhos com pão com sabor de liberdade. Ver a cara dos moleques lambuzada do melado da cana, do caldo

preto do feijão, colhido sem o relho... Eta, festança! Não mais sinhô, não mais escravo. Elisiário dava vazão aos sonhos de liberdade ao assentar mais uma pedra. Quanto mais cedo terminassem o templo, mais cedo viria a libertação. Animava os companheiros: quando a obra receber a cobertura, adeus, cativo! Ele acreditava. Elisiário cantava. Elisiário assobiava. E os mais animados imitavam o líder que tinha acesa na alma a centelha da liberdade.

A notícia da prometida alforria se espalhou depressa, viajando de boca em boca, entrando pelos ouvidos e fazendo assento na cabeça de cada negro sedento de liberdade. E quem, cativo, não a queria?

Nas missas, aos domingos, rezavam com o padre pela libertação de todos.

Para Queimado acorreram escravos da Serra, de Itapoca, de Viana, de Cariacica e até de São Mateus. Todos queriam ajudar na construção do templo. Todos queriam o grande prêmio prometido: a liberdade.

Entre os que assumiram liderança, além de Elisiário, estavam: João, escravo da viúva Monteiro; Domingos, o Corcunda; João, o Pequeno; Francisco, o Chico Prego; Carlos, escravo do Dr. João Clímaco; e, ainda, Benedito e Eleutério.

O malogro

— Queimado, quem te queimou?
— Foi a frustração, a verdade,
Quando o sonho se findou.

O DIA DE SÃO JOSÉ SE APROXIMAVA. Os negros estavam inquietos. Os trabalhos tinham sido concluídos, mas não se falava sobre a prometida alforria. Os cabeças foram ter com o padre. Mas o padre tinha agora outra linguagem. Nem parecia o sacerdote que animava os trabalhos do templo exortando: Quanto mais cedo o telhado for colocado, mais cedo virá a alforria.

Falava da humildade pregada por Nosso Senhor Jesus Cristo, que a verdadeira liberdade se alcança quando se morre, que a alforria não dependia só da vontade dele, mas da decisão dos senhores. E os senhores não queriam ouvir falar em libertação. Diziam que se libertassem todos os negros que trabalharam na construção do templo, ficariam arruinados. Como iriam viver? Quem iria lhes prover o sustento, o conforto, a riqueza?

E a rainha? Que dizia a rainha? A rainha estava muito ocupada. Não podia decidir naquele instante sobre a liberdade de alguns negros. Era preciso esperar. A libertação viria com seu tempo.

Os negros, ali, atentos, viram o sonho se quebrar feito um jarro de barro atirado ao chão. Era agora preciso esperar mais quantos anos? Alimentar quanto sonhos? Sofrer quantas chibatadas? Ir para o tronco com ferros na garganta sempre que fossem recapturados após tentativas de fuga. Até quando?

Chico Prego deixou cair a sua faca afiada que ficou com a lâmina enterrada no solo até a metade. Guerra.

Os negros entenderam bem a conversa do sacerdote. Tinham sido enganados. Sacrificaram suas horas de folga, trabalharam cantando a liberdade, alimentaram sonhos, estimularam companheiros a aderir ao trabalho em favor do templo, para quê? Para nada. Escravos foram seus pais. Escravos eram eles. Escravos seriam seus filhos e netos.

Quantos agora estavam a se rir deles? Fizeram papel de bobos, com certeza.

Chico Prego olhou de forma significativa para Elisiário. Os negros aprenderam a falar com os olhos e em certas ocasiões esta linguagem fala mais alto que qualquer palavra.

Saíram dali e foram fazer sua própria reunião. A indignação era geral.

Tomaram então uma decisão: se, no dia de São José, o padre não cumprisse o que prometeu, anunciando durante a missa a libertação de todos os cativos que trabalharam na construção da igreja, fariam uma revolução e haveriam de se proclamar livres, quisessem ou não os brancos. Para tanto, convocariam os negros de toda a redondeza e os de terras mais distantes, como São Mateus. Os brancos haveriam de ter uma bela surpresa.

Antônio, escravo de Maria Madalena, negro letrado, fez ele próprio os avisos convocando os escravos dos distritos de Jacaraípe, Una, Tramerim, Queimado e Pedra da Cruz para se reunirem no Queimado, a fim de assistirem à publicação da sonhada liberdade. Chico Prego encarregou-se de exortar os negros da Serra. João da Viúva ficou como articulador junto aos escravos do próprio Queimado. Para o distante e ativo São Mateus já tinham sido feitos contatos com antecedência. Não faltaram convites aos negros de Cariacica e Viana. E, no dia combinado, eles lotaram a praça da igreja. E os que não estavam na praça ficaram de prontidão nos matos.

O dia de São José

— Queimado, quem te queimou?
— Foi a palavra negada,
Quando a obra terminou.

A IGREJA ESTAVA LOTADA, não só com a gente da freguesia, mas com muitas pessoas vindas de outras povoações, de outras vilas, de outras freguesias.

Os negros lotavam a praça em frente. Mais de duzentos, à espera de sua Carta de Alforria. Frei Gregório teve medo. Ele sabia que não ia poder cumprir o prometido. Temendo uma invasão dos negros, mandou fechar a porta da frente, como num aviso: lotado.

Elisiário foi ter com ele e, como chefe revolucionário, impôs-se, exigindo que a porta da igreja fosse aberta. Que se não o fizesse por bem, seria feito por mal, pois os negros estavam decididos. Do tanto que havia na porta da igreja, outro tanto estava escondido no mato, informara o líder.

Alguns senhores, entre eles o professor Manoel Pinto de Alvarenga, também instaram o padre a abrir a porta, para não parecer que os senhores estivessem com medo dos escravos, ou que os cidadãos do Queimado fossem um bando de frouxos. O padre aquiesceu. As portas foram reabertas e a missa iniciada.

No silêncio dos remates
Pequenos toques sem pingos
São José lá no altar
Parecia irmão dos gringos,
Negros cantavam e sorriam
Esperando a alforria
Lá na missa de Domingo.

(Teodorico Boa Morte, “Insurreição do Queimado”)

Na homilia, o sacerdote dissertara sobre as virtudes de José, o fiel esposo, sua humildade, sua obediência, seu amor fervoroso à Virgem.

Hoje é o Dia de São José, o casto esposo da Virgem Maria, nossa Rainha e mãe. São José um daqueles poucos homens que têm dentro de si a humildade, a bondade, a compreensão, o amor. São José fora escolhido para ser o esposo de Maria, a mãe de Jesus. Estavam prometidos um ao outro. Iam se casar em breve.

Numa tarde, um anjo, enviado por Deus anuncia a Maria que ela seria mãe.

Maria era uma jovem casta, pura. Uma jovem que nunca tinha coabitado. Assustada, pergunta ao anjo como isso se faria e ele lhe diz que tudo aconteceria por vontade de Deus. E assim foi feito.

Quando soube que sua noiva estava grávida, José se revoltou, pensou mesmo em abandoná-la. Mas o anjo do Senhor apareceu-lhe em sonhos e disse que tomasse

a Maria como sua esposa, pois que tudo o que lhe ocorrera foi por vontade de Deus.

José obedeceu. Acompanhou Maria em sua gravidez, buscou refúgio para a criança quando Herodes mandou persegui-la e matá-la, ensinou Jesus a trabalhar.

José teve a sua recompensa. Seu gesto, seu amor, sua dedicação ao Salvador hoje são lembrados no mundo inteiro. José venceu o tempo. José se tornou eterno.

Devemos nos mirar no exemplo de humildade de José. Às vezes queremos uma coisa, mas a vontade de Deus determina o contrário. Mas isto não quer dizer que Deus nos abandonou. Deus está apenas nos provando. De alguma forma virá a recompensa. O que nos é negado hoje, nos será dado amanhã, com certeza.

O padre não falou em libertação. O padre não falou em alforria. O padre não falou no pacto firmado.

A partir desse momento
Veio a dor no coração
Quanto trabalho forçado
Tava pronta a construção,
E os escravos sofridos
Tinham seus peitos partidos
Pelo fel da traição.

Depois de tanto trabalho
Em favor da construção
O padre se acovardou
Na hora da pregação,
Os escravos revoltados,
Pavor pra todo lado
Formou-se a conspiração.

(Teodorico Boa Morte, “Insurreição do Queimado”)

Alguns negros presentes ao ofício entenderam bem a sua pregação. E foram dizer aos de fora que a libertação não fora proclamada. O descontentamento foi geral.

Então, assim que o padre baixou a hóstia antes levantada sobre o altar, um grupo de negros adentrou a igreja gritando: “Viva a Liberdade! Queremos a carta de alforria!”

Grito eu à porta do templo, ô de casa, gritam guerreiros ao meu derredor, ô de casa, aonde não puder chegar o meu braço que chegue o meu grito. Grito porque não posso pedir, grito para que ousem me dar. A força deste grito o levará adiante de mim, adiante do tempo, para ficar impresso na memória dos homens, irredutível e eterno. Não é um grito de dor, mas também não deixa de ser. Grito de alegria não é, mas também não deixa de ser, sendo o grito de liberdade que é, grito gritado que subirá às nuvens que anunciam a boa nova das lavouras de São José, boa nova também sendo o meu grito, proclamação de liberdade. Bons ouvidos o ouçam, ô de casa. Grito eu à porta da igreja, gritam negros ao meu derredor. São José no altar-mor tenha ouvidos para o meu grito-mor, no grito gritado conquistaremos a alforria, no grito exaltado cobraremos as promessas que nos foram feitas. Este grito é declaração de anseio, ô de casa, bramido de desespero, ô de casa, berro de luta, rugido de era. Meu grito-mor, irredutível e eterno, é grito de morte, senhor São José. Não há mais como tirar este grito do ar. Gritei, está gritado. (Luiz Guilherme Santos Neves, *O templo e a força*, IHGES, 1999)

Estabeleceu-se tremenda confusão no interior da igreja com a mulheres gritando, umas por medo, outras por nojo dos pretos, pois não consentiam que estivessem nas mesmas cerimônias em que estavam. Os homens brancos gritando autoritários e enraivecidos para que o negros se retirassem.

Padre Gregório, com medo de que os negros investissem contra ele, não concluiu o ofício e se internou na sacristia. O pânico tomou conta da igreja. Do seu asilo, o padre deu ordem para que fechassem as portas do templo. Houve correria. Os negros tomaram conta da praça e, erguendo suas armas, proclamaram a sua liberdade.

Conciliador e crente de que o Padre seria fiel a sua palavra, Elisiário foi ter com ele na sacristia, tentando convencê-lo a se colocar à frente do movimento que lá fora se formara e forçar os senhores a assinar a carta de alforria, como tinha combinado.

Gregório tremia. Jamais pensou que os negros, homens gerados no cativeiro, acostumados a ouvir, baixar a cabeça e dizer “sim, sinhô”, fossem capazes de tanta audácia. Não tinham tudo? Ar para respirar, angu para matar a fome depois de um longo dia no eito, água limpa para beber e se banhar nos dias santos, o teto da senzala para se abrigar da chuva e do frio? Gregório não imaginava que a liberdade fizesse tanta falta aos negros, acostumados que já estavam a ter os pés e as mãos atados, a palavra engatada na garganta., embora tivesse se comprometido em alcançá-la para eles, falando-lhes que na Itália todos gozavam de plena liberdade, que na Europa inteira não havia pessoas escravas, que tomar pessoas como escravas era coisa do paganismo, não podendo o cristianismo estar de acordo com tamanha vergonha; que a escravatura no Brasil era uma estupidez.

Tentou convencer o emissário de que a culpa pelo ato não se ter formalizado não era dele e, sim, dos senhores, que relutavam em conceder a liberdade a seus cativos. Mesmo assim, ele se comprometia em servir de mediador entre negros e brancos. Mas que, no momento, voltassem para seus senhores, pedissem perdão e esperassem o momento certo para que o sonho se fizesse realidade. Ou que, se não quisessem esperar, que fossem ter com seus senhores e obrigá-los a assinar uma declaração, colocando-os em liberdade. Que, depois de assinada, a declaração deveria ser entregue a ele, para que a levasse à rainha, Dona Tereza Cristina, junto a quem mantinha certa influência, para que ela a confirmasse. Se a imperatriz desse o seu aval, os senhores não tinham com se opor, pois que todos deviam respeito e obediência aos governantes. Era uma forma de conter os negros enfurecidos, ganhar tempo para uma conversa com os senhores, e ver se as coisas se arranjavam.

A idéia foi bem aceita pelos revoltosos, que, ao ouvirem as palavras de Elisiário (que lhes mostrara um papel com um modelo de declaração com os seguintes dizeres: “Declara Dona N.M.S que nesta data tem concedido a liberdade a seu escravo Cândido, matriculado com o número 35 e como tenha conferido plena liberdade à qual gozará como de ventre livre nasceu. Mandei passar esta para lhe servir de título”), saíram, aos gritos, desfilando pelo povoado, elevando suas armas e dando vivas à liberdade, para espanto da população que, com medo, ia fechando as suas portas e janelas. Onde já se viu uma revolução de negros em pleno dia! É o fim do mundo!

Mas a festa da negrada com ares de vitória sobre os brancos não poderia acabar bem. Pois foi assim mesmo que se deu, segundo contam:

Iam os negros em sua alegre comemoração, dando vivas à liberdade, quando um grupo de opositores resolveu gritar: “Viva o bacalhau!” (O bacalhau simbolizava o couro, a chibata.)

O clima esquentou. Os dois grupos se ofenderam mutuamente. Os negros apontaram suas armas para o grupo rival, só não se confirmando o ato, graças à intervenção do sexagenário capitão Inácio de Barcelos Freire, proprietário da sesmaria de Boapaba, a quem os negros ouviram e respeitaram.

Mas foram adiante, dispostos a tornar real a grande empresa da liberdade.

Seguiram em direção do Engenho Fundão, de Paulo Coutinho Mascarenhas, e ali obrigaram o proprietário a entregar-lhes os escravos, passando-lhes Carta de Libertação, armas e munições. O mesmo fizeram com outros proprietários de escravos, de sorte que logo atingiram um grande número de seguidores.

Às margens do riacho conhecido como Pendi-Yuca, um dos afluentes do rio Santa Maria, fizeram acampamento. E projetaram retornar a Queimados e

pegar todo armamento possível, quer tomando dos brancos sob coação ou invadindo seus depósitos. Saqueariam as casas de negócios para proverem a sua alimentação e as suas necessidades e, se necessário fosse, até matariam os brancos que lhes opusessem resistência.

As providências dos brancos

— Queimado, quem te queimou?
— Foi a ação dos senhores,
Quando o plano malogrou.

INCONFORMADOS COM A SITUAÇÃO, os brancos trataram de tomar as suas providências em defesa da honra, do seu patrimônio e do povoado. No mesmo dia 19, fizeram comunicar ao presidente da província, através de seus emissários, o levante dos escravos e a situação de pavor em que se encontrava a população de Queimado.

A notícia chegou por volta das três horas da tarde.

Imediatamente, o presidente fez seguir para o povoado em desordem uma linha de força sob o comando do alferes José Cesário Varela da França.

Cauteloso, enviou também facções de seu destacamento a Cariacica e a Itapoca, para prevenir possíveis levantes de cativos, ao mesmo tempo que oficiava ao ministro do Império, nos seguintes termos:

Ontem pelas três horas da tarde soube, que um grupo armado de trinta e tantos escravos perpetrara o crime de insurreição no Distrito do Queimado, três a quatro léguas distante desta capital, invadindo a matriz na ocasião em que se celebrava a Missa Conventual, e levantando os gritos de Viva a Liberdade, queremos a Carta de Alforria. Este grupo seguiu depois a direção do Engenho Fundão, de Paulo Coutinho Mascarenhas, e aí obrigou-o a entregar-lhe os seus escravos e passar-lhes carta de liberdade, as armas e munições que possuía; o mesmo fez em outros engenhos de maneira que conseguiu elevar o seu número a cerca de trezentos. Imediatamente fiz partir para aquele lugar o Chefe de Polícia, acompanhado de uma força de vinte praças da Companhia Fixa de Caçadores, comandada por um oficial. Escusado é narrar a V. Exa. o susto e terror de que se acham apoderados os habitantes desta Capital e lugares circunvizinhos, e máxime por verem a pequena e diminuta força de que o Governo pode dispor. A população da capital está

animada do melhor espírito de ordem e não se esquivava a trabalho algum. Contudo não posso deixar de requisitar a V. Exa. uma força pelo menos de cem praças da Infantaria ou Caçadores de primeira linha do Exército, e bem assim armamento, equipamento e munição de guerra, com que eu possa acudir a alguns pontos da Província em que iguais acontecimentos hajam por infelicidade de ter lugar, que é muito presumível, atento o estado da escravatura dela que é o mais altanado possível. O alcance que pode ter semelhante insurreição nesta Província e nas outras do Império, em que abunda a escravatura, V. Exa. bem o avalia, e julgará portanto se deve ou não ser satisfeita a minha requisição. Agora recebo o ofício datado de hoje, do Chefe de Polícia da Província e que por cópia autêntica remeto a V. Exa, donde V. Exa. verá o ataque que teve lugar, entre as forças do Governo e parte dos Negros insurgidos. Finalmente cumpre-me dizer a V. Exa., que Não durmo sobre tão importante fato, e sobre o estado da província hoje tão melindroso, e que farei quanto em minhas atribuições couber, e minhas forças o permitirem, para que a Província volte ao seu estado normal de quietação e paz.

No amanhecer do dia 20 de março, a força de Varela acampava no povoado do Queimado.

Não estando mais ali os insurgentes, tratou o comandante de inquirir o padre, que ainda se encontrava na sacristia da igreja.

Mas o negro João, que não fazia parte do grupo insurgente, e que funcionava como olhos e ouvidos dos de sua cor, foi contar a João da Viúva, um dos cabeça do movimento, que a força mantinha o padre confinado na sacristia da igreja e que o conduziria preso por considerá-lo culpado.

Ao tomarem conhecimento da aflição por que passava o padre, os rebeldes, que se encontravam aquartelados no Pendi-Yuca decidiram ir em seu socorro, pois entenderam que se molestavam o padre é porque ele estava do lado dos negros, ou seja, se não cumpriu a promessa feita de libertar os negros que haviam trabalhado na construção do templo foi porque sofreu pressão dos brancos, dos senhores...

Mas antes que chegassem ao povoado, Varela foi ao encontro deles.

A grande caçada

— Queimado, quem te queimou?
— Foi a fúria da guerrilha,
Quando o cerco começou.

O GRUPO JÁ SE ENCONTRAVA DESFALCADO. Alguns negros, ou porque tivessem se arrependido ou porque acreditassem que o movimento não levaria a nada, debandaram com a promessa de voltarem no dia seguinte ao acampamento do Pendi-Yuca, o que não aconteceu. Voltaram a seus senhores, para o chicote, a palmatória ou até mesmo o tronco.

Mas esse pequeno desfalque não arrefeceu os ânimos dos que estavam dispostos a levar adiante o seu intento libertador.

Varela os surpreendeu na ladeira de João dos Santos, bem protegidos pelo desfiladeiro que ali se formava.

Os rebeldes não esperaram o ataque. Abriram fogo contra a tropa ferindo o comandante e um corneta. A tropa respondeu com forte descarga, sem atingir qualquer dos revoltosos. Mesmo assim, ou porque lhes faltavam os exercícios bélicos, ou porque se assustaram por terem ferido o comandante branco, ou ainda porque lembrassem de sua condição de cativos, fugiram em retirada. Com efeito, a luta seria desigual. Era a força do governo composta por soldados bem treinados, contra eles, pobres escravos estúpidos, acostumados à obediência.

Elisiário, Carlos e João, todos escravos dos irmãos Alvarenga, atravessaram o rio a nado e se protegeram em lugar seguro contra o ataque de fogo da tropa.

O grupo de insurgentes ficou sem comando.

Varela, mesmo ferido, os seguiu, jurando que mataria o primeiro negro que surgisse a sua frente.

Não tardou a cumprir o juramento.

Lá se vinha da fonte o negro Mariano, que nada tinha a ver com o movimento, em passos lentos, com um púcaro aos ombros. Sem interrogatório, sem lhe dar qualquer chance de defesa, Varela abriu fogo contra ele, assassinando-o ali mesmo no lugar conhecido como Morrinho, chutando o corpo com as suas botas de sete léguas, extravasando parte da raiva que sentia pelos pobres negros. A terra bebeu o sangue do cativo. Seu corpo foi chutado pelos soldados e ali ficou exposto até ser encontrado.

A tropa seguiu, Varela espumando de raiva.

Nas imediações do Rio Uruaba ou Aroaba, Chico Prego e João, que comandavam um pequeno grupo, foram alcançados pela tropa inimiga. Deu-se confronto inesperado com duração de meia hora, tendo saído ferido de morte o negro João Francisco, velho escravo do Dr. João Clímaco. Sete outros negros também foram mortos. Seis foram presos juntamente com a mulher de um deles.

Quem pôde escapar escapou. E escaparam, também Chico Prego e João da Viúva. Acostumados a enfrentar as dificuldades do mato, embrenharam-se

por um pântano cheio de espinhos, dificultando a perseguição e ocultando-se dos olhos da tropa. O movimento estava sem comando. A insurreição tinha desabado. Era hora do salve-se-quem-puder.

Varela, ferido, desistiu da perseguição retornando a Queimados, onde ficou aquartelado até o dia 28, quando regressou à Capital, conduzindo alguns escravos.

Para substituí-lo, foi enviada a Queimados uma companhia de guerrilhas, formada por 28 praças, sob o comando do cidadão Manoel Vieira da Vitória, com o fim de fazer uma varredura nos sertões de Caiuaba, onde se supunha que muitos dos revoltosos estivessem escondidos. Ao mesmo tempo o capitão de milícias Antônio das Neves Teixeira Pinto, delegado da Vila da Serra, seguia para o Queimado, enquanto enviava reforço aos sertões à caça dos negros fugitivos.

Segundo Afonso Cláudio, em *Insurreição do Queimado*, fls.70,

O capitão Antônio nunca tolerou no cativo o direito de aspirar à liberdade nem mesmo por seu exclusivo labor.

Em certa ocasião que um bando de escravos armados fez guarida em uma formidável toca formada por duas grandes grutas que existiam no monte chamado Mestre Álvaro, quando em toda a vila andavam autoridades à cata de um temerário capaz de atacar o covil, ele ofereceu-se prescindindo de remunerações e foi lesto travar a luta.

Não foi sem risco que levou ao cabo sua missão: os foragidos opuseram resistência tenaz ao assalto, dando uma descarga.

O capitão Antônio também não se conteve e fez a primeira vítima com um só golpe.

Não há descrição segura para os suplícios que se seguiram ao ataque: tudo quanto a força, a tirania e o ódio em infernal aliança puderam sugerir, o infatigável guerrilheiro executou com a tranquilidade de um santo. Quer aos próprios como aos alheios escravos, nunca pôde dispensar uma palavra que pudesse ter uma aproximação deste vocábulo correspondente — afeiçã; títere para servir aos caprichos do senhor, cria Antônio Pinto que o homem degredado nascera à sombra da haste pátria conhecida pelo nome — vergalho.

Pois foi este homem o indicado para caçar os negros rebelados de Queimado.

Antes foi a palavra maldita que gerou um sonho de vida, o anseio de liberdade, um brado de guerra, explosão de uma revolta. Agora é a palavra negada, o verbo omitido, a pergunta que não foi feita e a resposta que não foi dada, que conferirão eficácia ao rebato do modo anunciado a tragédia que está por vir. (Luis Guilherme Santos Neves, *O templo e a força*, fls. 132)

O juramento de frei Gregório

FREI GREGÓRIO CONTINUAVA CONFINADO na sacristia. Mesmo ferido, Varela dispôs-se a inquiri-lo e não lhe dava trégua. Todos os dias ia bater à sua porta, para um nunca mais acabar de perguntar, levando-o a escrever o seguinte juramento:

Eu frei Gregório, indigníssimo ministro da Cruz, juro diante deste verdadeiro Deus e verdadeiro Homem, e chamo ele em testemunha da minha inocência (na grande e maliciosa aleive que os negros cativos levantaram-me no Queimado e na cidade de Vitória diante das autoridades) juro, repito de novo, que eu não fui causa, nem aconselhei a eles no motim, que fizeram no dia de São José 19 do corrente.

Digo também, que os Senhores Manoel Sales, José Pinto Lima, sacristão, Manoel Correia e João, cativo da sra. D. Maria da Penha Pereira de Una, foram presentes quando os rebeldes cativos constrangeram-me a abrir as portas da própria casa, e ouviram que eu disse abertamente ao infeliz e ímpio escravo Elisiário, cativo do sr. Fautino Antônio de Alvarenga Rangel, chefe do motim, que eu não podia, nem devia, nem queria dar-lhe carta de alforria, nem dizer-lhes alguma coisa relativamente a quanto exigiam de mim em sua malvada revolta mais disselhes que obedecessem aos seus senhores e que voltassem para suas casas, que eu era pronto para patrociná-los, digo mais, que por ordem do sr. João da Vitória Lima, juiz de paz deste distrito, e por conselho do sr. Manoel de Oliveira Campos, eu tinha mandado fechar as portas da igreja, e era resolvido de mais não celebrar o Santo Sacrifício e a largar o Queimado, e por tal efeito já tinha enviado a fechar as portas os srs. Joaquim Ribeiro, Manoel Correia e José Pinto Lima, sacristão (por causa dos negros rebeldes que cercavam, como me disseram, os matos vizinhos) estavam prontos a executar as minhas ordens: quando já estava se fechando as portas, apresentou-se em minha casa o professor Manoel Pinto de Alvarenga Rosa e dissuadiu-me da minha firme resolução e aconselhou-me de não fechá-las dizendo que assim fazendo era o mesmo que fazer ver aos rebeldes que os brancos de Queimado eram covardes, e que os negros nesta ocasião tomariam mais coragem e vantagem em sua revolta a esta representação, eu, homem sem experiência e sem malícia, cedi à sua instância e as fiz deixá-las abertas, pensando que este homem me aconselhasse por puro zelo, por isso é que celebrei a missa, que deixei no meio por medo de ficar vítima dos rebeldes.

Porém, eu confio neste Deus escondido debaixo dos véus sacramentais que há de defender a minha inocência, e confundir os meus aleivosos inimigos.

Deus lhes perdoe, e use com eles misericórdia.

Fr. Gregório José Maria de Bene

Nova freguesia de São José do Queimado.

O cão farejador do mato

AUDACIOSO, MAU E INQUIETO, decidiu o Capitão Antônio das Neves ir ele mesmo comandar os batedores de mato. E ele farejava como um cão treinado. Tinha ódio aos pretos e não permitia sequer que o olhassem de frente.

Afonso Cláudio, in *Insurreição do Queimado*, fls. 70, edição 1979, FCAA) diz do capitão Antônio Pinto:

O capitão Antônio Pinto nunca tolerou no cativo o direito de aspirar à liberdade nem mesmo por seu exclusivo labor.

Em certa ocasião que um bando de escravos armados fez guarida em uma formidável toca formada por duas grandes grutas que existem no monte chamado Mestre Alvaro, quando em toda a vila andavam as autoridades à cata de um temerário capaz de atacar o covil, ele ofereceu-se prescindindo de remunerações e foi lesto travar a luta.

Não foi sem risco que levou ao cabo sua missão os foragidos opuseram resistência tenaz ao assalto, dando uma descarga.

O capitão Antônio também não se conteve e fez a primeira vítima com um só golpe.

Não há descrição segura para os suplícios que se seguiram ao ataque: tudo quanto a força, a tirania e o ódio em infernal aliança puderam sugerir, o infatigável guerrilheiro executou com a tranqüilidade de um santo. Quer aos próprios como aos alheios escravos, nunca pôde dispensar uma palavra que pudesse ter uma aproximação deste vocábulo correspondente — afeiçãõ; títere para servir aos caprichos do senhor, cria Antônio Pinto que o homem degradado nascera à sombra da haste ária conhecida pelo nome – vergalho.

Pois bem, assim que o escravo era apanhado, era entregue a seu senhor para receber a justiça particular, conhecida como do carro e do vira-mundo, consistindo a do carro em amarrar o escravo de braços sobre a mesa de um carro de boi, os braços abertos em cruz e atados pelos punhos aos fueiros, nádegas e dorso nus, para melhor serem atingidos pelos açoites; e a do vira-mundo consistia em prender o escravo a pesados grilhões de ferro.

Além da força por ele próprio comandada, contava o Capitão com o auxílio de fazendeiros, que pegaram em armas, na caça aos rebeldes, conforme relata o Chefe de Polícia, José Inácio Accioli de Vasconcelos, ao presidente da província Antônio Joaquim de Siqueira, em ofício datado de 23/03/1849:

.....

Releva aqui ponderar que foi digno de louvor o comportamento que tiveram os habitantes daquele Distrito, os de Mangaraí e Serra, que pegaram em armas, prestando-se de boa vontade, durante o pouco tempo que ali estive, a todas as diligências que se ofereceram, mostrando no desempenho delas a maior atividade, interesse e dedicação: e ainda hoje grande parte dos habitantes da Serra, Mangaraí e Cariacica se conserva em armas nos respectivos Distritos, já auxiliando as Autoridades Policiais na captura dos insurgentes, e já concorrendo para o inteiro restabelecimento da ordem pública, que foi alterada naqueles Distritos, vista a proximidade em que estão do do Queimado.

Não há dúvida de que todos os brancos queriam mostrar serviço na guerra contra os pretos. O Juiz de Paz (imagine se não fosse de paz), José Monteiro Rodrigues Velho, na data de 25 de março de 1849, enviou o ofício que segue ao chefe de polícia, José Inácio Accioli de Vasconcelos:

É com a maior satisfação que me dirijo a V. E. participando que do sertão de Mangaraí me foi remetido pelo Comandante da força ali estacionada, o negro Venceslau, entrado na insurreição e pelo Juiz de Paz do Distrito de São Miguel os negros Benedito e Joaquim, todos escravos de José Roiz de Freitas, os quais remeto a V.E. declarando serem estes últimos apenas suspeitos.

.....

Desconfiado de que muitos senhores estavam aceitando o regresso dos fugitivos, quando esses, tangidos pela fome e pela incerteza das matas, iam bater a sua porta, pedindo perdão e mostrando-se resignados com a sua condição de cativos, o Capitão Antônio Pinto fez bloquear as entradas de Queimados e de Mangaraí e, feito um demônio enfurecido, entrava nas fazendas e arrancava os escravos a seus senhores para castigá-los bem a seu modo.

Dirigiu-se, assim, à fazenda do Dr. João Clímaco, que ficava em Perau exigindo a entrega dos escravos insurgentes.

Clímaco negou que estivessem acoitando revoltosos. E, diplomaticamente, tentou dissuadir o decidido capitão de sua busca. Mas ele não cedeu e em nome da lei, forçou a porta e invadiu a casa. Desesperado, um escravo que ali estava, alheio ao movimento, suicidou-se com um tiro de espingarda.

Mesmo assim, o extremado capitão tomou quantos escravo quis, ligou-os e pôs-se em marcha para as fazendas dos irmãos do Dr. Clímaco, onde aprisionou Elisiário, Carlos e João, escravos dos irmãos Alvarenga.

Retrocedendo para Queimados, conseguiu com muito empenho apoderar-se de Chico Prego e João, da Viúva Monteiro.

Estava concluída a caçada dos chefes. Estavam desgraçados os insurgentes.

Prego era a sua maior conquista, o seu grande triunfo. Não tinha a astúcia de Elisiário, mas era tinoso e estava decidido a levar adiante a sua empresa, até a vitória ou a morte.

E Prego conhecia bem o seu valor. Sabia que valia bem mais do que todo o contingente de negros presos e dos que estavam para sê-lo. Ele simbolizava a resistência. Livre poderia vir a formar um novo exército e reiniciar a luta pela liberdade. Era o último dos cabeças a ser alcançado.

Pinto, orgulhoso de seu feito, o fazia desfilar pelos caminhos e depois pela vila como se fora um troféu humano. E ele, realmente, o era.

Quando a força imperial, formada por 31 praças, chegou no dia 30 de março, a bordo do vapor de guerra Paquete do Sul, para manter a ordem na província, a revolta dos negros já tinha sido debelada. A força retrocedeu, levando a boa nova ao imperador.

A caminhada para a cadeia

OS PRESOS ERAM TRAZIDOS PARA VITÓRIA, depois de sofrerem os castigos impostos pelos chefes das guerrilhas e por seus senhores, quando entregues a eles para o castigo particular de exemplo. A viagem era longa: seis léguas aproximadamente: feridos, famintos, moídos, deslocavam-se trotando como cavalos, sob o relho e as injúrias dos soldados raivosos. Sentindo dores horríveis, pelas chagas que lhes foram abertas por todo o corpo, gemiam como cães maltratados. A humilhação por que passavam era cruel em demasia para quem cometeu o único crime de querer de volta a liberdade roubada.

Mesmo feridos e doentes, iam sendo recolhidos na prisão de Vitória.

Maria Stella de Novaes, em *História do Espírito Santo*, relata assim as condições do cárcere:

[...] andar térreo, escuro, abafado, sem água, sem esgotos! Pior do que as pocilgas antigas, porque os porcos, ao menos tinham liberdade de locomoção. Criaturas humanas feridas, exaustas, famintas, viram-se ali amontoadas, pela exiguidade do espaço. Tinham apenas uma fagulha de luminosidade, no carcereiro José dos Prazeres, que impediu sucumbissem, à fome, porque os senhores dos escravos nada fizeram para alimentá-los.

.....
Estavam rotas, ensangüentadas e fétidas as vestes bonitas que usavam a 19 de março, quando, esperançosos, bradaram: — Viva a Liberdade!

Consultado sobre se poderiam ser levados para a Santa Casa de Misericórdia os que se encontravam em pior situação, o presidente da província ordenou que fossem tratados na própria cadeia, devendo ser socorridos pela botica, pelo cirurgião e pela enfermaria da Santa Casa, tendo ele próprio oficiado nesse sentido ao provedor da instituição. A única exceção, ao que tudo indica, foi para o negro Adão, que acabou se alimentando da cal das paredes daquela instituição, vindo a falecer na cadeia. Do fato, deu ciência o chefe de polícia ao presidente da província, nos seguintes termos:

Participo a V. Exa. que ontem morreu na Cadeia desta cidade o preto insurgido de nome Adão, escravo do Capitão Paulo Coutinho de Mascarenhas, por causa de uma quebradura, e comer cal da parede quando esteve no Hospital.

E, na escuridão do cárcere úmido e fétido, ficaram os pobres cativos, doentes e famintos, sujeitos ao calor e ao frio, à mercê da caridade de alguns de seus proprietários ou valendo-se da misericórdia do próprio carcereiro, que chegou a requerer indenização pelo sustento fornecido a 23 escravos insurgidos, porque seus senhores se recusavam a sustentá-los.

O desespero tomava conta de alguns, a ponto de o negro Sebastião, escravo de propriedade de Faustino Antônio de Alvarenga, ter burlado a vigilância dos soldados que o conduziam e se atirado às águas da baía de Vitória, afogando-se.

Seu corpo apareceu na praia que dava nos fundos da casa de Domingos José de Freitas, situada na rua da Capixaba, tendo sido lavrado o ato de reconhecimento nos seguintes termos:

Auto de exame, vistoria e reconhecimento do cadáver Sebastião, escravo do Fazendeiro Faustino Antônio de Alvarenga, como abaixo se declara: — Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e quarenta e nove, aos oito dias do mês de abril do dito ano, nesta Cidade de Vitória, Província do Espírio Santo, e quintal e praia nos fundos da casa de Domingos José de Freitas, sita na rua da Capixaba, onde foi vindo o Delegado Suplente de Polícia Manoel Teixeira da Silva, comigo Escrivão de seu cargo abaixo assinado e o perito Cirurgião mor João Duarte de Oliveira, e mais testemunhas abaixo assinadas, e sendo aí o mesmo Delegado às testemunhas presentes, que debaixo de juramento dos santos evangelhos declarassem se conheciam aquele cadáver, se era preto ou branco, se era o mesmo que vinha preso, escoltado pelos Guerrilhas, e que se havia atirado ao mar na noite do dia quatro do corrente: foi respondido pelas testemunhas que era Sebastião, escravo de propriedade de Fautino Antônio Alvarenga, com ofício de pedreiro, cabra, que a calça e camisa era a mesma com que vinha preso e que uma das mãos ainda se achava amarrada com um pedaço de embira; perguntou

mais o Delegado se no corpo existiam alguns ferimentos, foi respondido pelo mesmo Cirurgião mor que não encontrava ferimento algum que mostrasse ser a causa de sua morte, só sim dilaceradas as carnes do rosto, como olhos e beiços, e que por isso mostrava ter morrido afogado, e quanto ao corpo foi reconhecido pelo próprio escravo, de que se faz menção. E para constar mandou fazer este auto que assinou com o Cirurgião mor e as testemunhas. Eu Manoel Gonçalves d'Áraujo, Escrivão, o escrevi e assinei.

As comemorações dos brancos

SUFOCADA A REBELIÃO DOS NEGROS, era hora da comemoração dos brancos. A assembléia provincial enviou ao presidente Siqueira a seguinte mensagem:

Ilm. e exmo. Sr. — A assembléia provincial faltaria a um sagrado dever se deixasse de agradecer a v. ex. as sábias medidas com que soube sufocar em sua nascença esse grito atemorizador, que levantando no distrito do Queimado teria de, em breve ecoar em outros lugares da província.

A insurreição, exm. Sr., que se atreveu a levantar o colo no Queimado, e cujos resultados soem sempre ser os mais funestos, teria de por sem dúvida enlutar a província se não estivesse ela debaixo da direção de um tão prudente como zeloso administrador. Hoje, porém, que graças aos desvelos de v. ex., e ao paternal cuidado do governo imperial, já se pode afirmar achar-se restabelecida a tranqüilidade pública, nada resta à província senão fazer votos pela conservação de v. ex.

E por isso, exmo. sr., que a assembléia provincial nos envia em deputação, para em seu nome e da província testemunharmos a v. ex. os seus sinceros agradecimentos.

Digne-se, pois, v. ex. de aceitar este pequeno tributo de gratidão, que à pessoa de v. ex. consagra a assembléia provincial.

Paço da assembléia legislativa da província do Espírito Santo, 31 de março de 1849. — Venceslau da Costa Vidigal — Francisco Rodrigues de Barcelos Freire — Manoel Caetano Simões.

Na mesma sessão, foi por unanimidade aprovado o envio de mensagem ao governo imperial, como reconhecimento à forma como que se prestou, enviando prontamente auxílio militar para a pacificação do Queimado.

Ilm. e exm. sr.- A assembléia legislativa da província do Espírito Santo, apreciando devidamente o importante benefício que a seus habitantes acaba de

ser outorgado pelo governo imperial, enviando-lhes auxílio de tropa e munição de guerra com que possa ocorrer à necessidade altamente manifestada na crise atual em que o grito da insurreição ecoou na província, e que por sem dúvida teria produzido efeitos lamentáveis a não se empregarem prontas e enérgicas providências; reconhecida, outrossim, a solicitude do governo pelo bem estar dos povos desta fração do império, não pode deixar de render ao mesmo governo por intermédio de v. ex. Os mais sinceros votos de agradecimento, quando está segura de que com o auxílio das armas será infalível o restabelecimento da tranqüilidade pública — Deus guarde v. ex. — Paço da assembleia legislativa da província do Espírito Santo, em 31 de março de 1849. — Ilm. e exm. Sr. Conselheiro Visconde de Olinda, ministro de Estado, presidente do conselho de ministros. — José da Silva Vieira Rios, presidente — Venceslau da Costa Vidigal, 1º secretário — Francisco Rodrigues de Barcelos Freire, 2º secretário.

O Correio de Vitória, dava ao presidente Siqueira o cognome de “Anjo da Salvação”, pelo seu esforço e desempenho para sufocar o levante dos negros.

O Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, citado por Maria Stella de Novaes em *História do Espírito Santo*, fls. 206, publicava, a 18 de abril de 1849, matéria feita no dia 24 de março do mesmo ano, como segue:

Poderemos assegurar aos nossos leitores que, o susto e o terror, que dominaram, nos primeiros dias desta semana os habitantes desta Capital, têm inteiramente desaparecido e, se ainda hoje os cidadãos se acham armados, é somente por precaução. As notícias vindas do Queimado, teatro da insurreição, são as mais satisfatórias; os insurgidos, depois do ataque do dia 20, ou se têm refugiado nos sertões, ou apresentado a seus senhores, ou sido presos. A Força de 1ª linha ainda se conserva naquele lugar auxiliada por muitos dos seus moradores que ainda estão armados, bem como os de Cariacica, da Serra e de Itapoca.

Pela polícia, já se deu começo aos necessários interrogatórios. Deles consta que o plano dos insurgidos era horroroso. A lavoura sofre consideravelmente, com semelhante acontecimento, pelo abandono em que está entregue. Cumpre, porém, que os srs. Fazendeiros, atendo o estado lisonjeiro em que as coisas estão, voltem às suas casas, a fim de que o mal ainda não seja maior, pela escassez e falta de gêneros de primeira necessidade. Não nos cansaremos de repetir o que ultimamente dissemos, i. é, que toda a cautela é pouca, para evitar que tão triste cenas se repitam.

O mesmo jornal supracitado publicou a seguinte matéria, datada de 28 de março:

Do distrito do Queimado, temos notícias muito lisonjeiras. O sossego público já se vai estabelecendo e seus habitantes já se vão libertando do terror que os havia

assombrado, graças às enérgicas medidas do Exo. Sr. Presidente da Província e ao zelo e atividade que tem desenvolvido o Sr. Chefe de polícia e o exímio Juiz de Paz daquele distrito.

Consta que a maior parte dos escravos insurgentes se tem apresentado a seus senhores, exceto os principais cabeças.

Acham-se presos, na cadeia da Capital, trinta escravos, os quais entraram na insurreição, um desertor que também pactuou com eles, defendendo a causa de sua pretendida liberdade.

Ontem, seguiu para a Vila da Serra a Companhia de Guerrilhas, novamente organizada, pelo Sr. Presidente, em número de vinte e oito praças, comandadas pelo cidadão Manoel da Vitória e Vasconcelos a fim de bater o sertão de Caiuaba, onde se supõe estar o resto dos insurgidos que ainda não foram capturados nem se apresentaram aos seus senhores.

O Capitão Antônio Pinto das Neves foi louvado e enaltecido, pelo Barão de Itapemirim, por seus esforços em favor da paz, com o risco da própria vida:

Principiarei pela tranqüilidade pública que nem uma alteração tem sofrido, havendo desaparecido o receio de que se achava a província tomada em consequência da insurreição que teve lugar na freguesia do Queimado, no dia 19 de março do corrente ano: e prevalecer-me-ei da oportunidade para fazer a v.ex. uma declaração, que por descuido tem sido omitida e é que se deve principalmente aos fazendeiros e outros cidadãos daquele lugar, e aos da circunvizinhança o se ter extirpado um mal que, se progredisse lançaria a província inteira em um pélogo de desgraças. Foi a decidida coadjuvação destes distintos cidadãos que acabou com esta cratera de horrores que nos ameaçava.

A província será sempre reconhecida a este relevantíssimo serviço que prestaram voluntariamente, sem que o fizessem por convite de autoridade a alguma.

Dentre tão prestimosos filhos da província farei especial menção do fazendeiro da vila da Serra Antônio das Neves Teixeira Pinto, que em tal crise se tornou digno de louvores, pela maneira por que se conduziu sacrificando a própria vida.

Os brancos estavam tranqüilos. Os mais destacados revolucionários estavam presos. Muitos participantes mortos; outros já recolhidos às fazendas de seus senhores, moídos de tanto apanhar.

Desarmamento

PELO QUE NOS MOSTRA A HISTÓRIA, até então todos os escravos portavam armas, quer para se defender dos animais, quer para defesa das fazendas e de seus proprietários. O dia de São José serviu de alerta para o perigo que isso representava.

O delegado de polícia de São Mateus tomou logo a iniciativa de desarmar os negros da região, temendo servisse o levante do Queimado de inspiração para o levantamento dos negros em toda a província. Disposto a fazer um bom trabalho, determinou, em princípio, que todos os fazendeiros desarmassem seus escravos e levassem as armas para a casa da arrecadação. Tendo havido resistência à ordem por parte de alguns, mandou ele que a tropa executasse a ordem, tendo recolhido mais de cem espingardas. Mesmo as espingardas que estavam a consertar nos ferreiros foram recolhidas, como bem registra o ofício que enviou ao chefe de polícia, abaixo transcrito:

Ilmo. Senhor. Em virtude do que aconteceu na Povoação do Queimado no dia 19 do presente mês, officiei a todos os Senhores Fazendeiros para tomarem as armas de fogo dos escravos, e trazerem para casa da arrecadação desta Cidade, alguns senhores trouxeram e outros não; estes que não trouxeram tenho mandado nas Fazendas desarmar os escravos pela tropa, assim acham-se recolhidos cento e tantas espingardas; e ainda estou continuando a desarmar os escravos de algumas Fazendas que faltam, e também arrecadei todas as espingardas de escravos que estavam em casas de ferreiros para consertar-se, as quais acham-se quarenta e cinco e estas também existem na arrecadação; até esta data tenho o prazer de dizer a Vossa senhoria que permanece em pleno sossego esta Cidade.

O assunto foi discutido pelos parlamentares e, a 11 de maio de 1849, a Assembléia Legislativa Provincial aprovava a resolução n. 09, que assim estabelecia:

Art. 1º — Nenhum escravo poderá andar pelas ruas desta Vila com arma de fogo, sob pena de cinquenta açoites, nem com qualquer instrumento cortante, perfurante, ou contundente, sob pena de vinte e cinco açoites, além das marcadas pelos Códigos.

Art. 2º — O que for encontrado, mesmo sem arma alguma, depois do toque de recolher, passará a noite na prisão, e de manhã sofrerá o castigo de vinte e cinco palmatórias. Esta disposição não terá lugar se o escravo trouxer escrito de seu senhor.

Art.3º — É permitido a qualquer escravo passar pela Vila, ou em qualquer estrada, indo para o serviço, com facão de ponta aparada, foice, machado e enxada. Aqueles, porém, que trouxerem facão de ponta, serão punidos com cinquenta açoites.

Art.4º — Nenhum escravo, que tenha sido preso, será solto, sem que seu senhor seja avisado, para o receber por si, ou por outrem de sua confiança.

Art. 5º — Todas as casas de negócio se fecharão ao toque de recolher, sob pena de mil réis de multa, e ninguém poderá ter à venda facas de ponta, sob pena de trinta mil réis.

Art. 6º — Nenhum ferreiro deste Município poderá fabricar facas, e facões de ponta, o infrator, sendo livre, pagará a multa de dez mil réis por facões, e de vinte por facas, e sendo escravo sofrerá por facões cinquenta açoites, e por facas cem.

Art. 7º — Não poderá também nenhum ferreiro consertar armas de fogo, sem que se lhe apresente licença do Delegado de Polícia, na qual especificará o número delas, o infrator sofrerá a multa de artigo antecedente: é, porém, permitido com licença da dita Autoridade o fabrico de armas para qualquer pessoa, que a licença indicar.

Art. 8º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Personae non gratae

SE AO NEGRO ESCRAVO PODIA O BRANCO prender, maltratar e matar, não podia o mesmo fazer a um homem branco, ainda mais sendo padre. Mas Frei Gregório, mesmo tendo jurado inocência, era tido por muitos senhores como o grande responsável pela inversão da ordem. Se o relho dos capitães do mato não o podia alcançar, a punição haveria de vir de forma diplomática, mas não ficaria ele impune.

Considerado persona non grata em qualquer freguesia da província, foi ele mandado de volta à Corte a bordo do vapor Guapiaçu, em companhia do, também considerado persona non grata, Fr. Ubaldo de Civitella de Trento, este acusado de ter mandado lançar fogo na Matriz de Viana, tendo o presidente da província, Felipe Pereira Leal, oficiado ao Ministro da Justiça a respeito, datando a correspondência de 26 de setembro de 1849:

Amanhã faço regressar para essa Corte, no vapor Guapiaçu, os Missionários Capuchinhos, Fr. Ubaldo de Civitella de Trento e Fr. Gregório Maria de Bene, à vista não só do que declara o Vice-Presidente no Relatório com que me passou a

Administração Provincial, como também do que hei ouvido a muitas pessoas conceituadas desta capital. A presença desses Frades nesta província é muito nociva à tranquilidade pública, e direi com toda a franqueza a V. Exa. que se fossem enviados para fora do Império, nada se perdia, pois que em todas as Províncias, com exceção de algumas cidades, os povos não têm, como desta, a precisa ilustração para pôr barreira ao desenvolvimento de certas idéias supersticiosas, que prontamente se infiltram na gente imbecil e ignorante. Sei que se promove uma representação pedindo a conservação do primeiro na Freguesia de Cariacica, onde, a despeito das ordens da Presidência, e da proibição do Vigário da Vara, esteve dando impulso à edificação de uma igreja, e administrando incompetentemente todos os sacramentos: eu ali estive há dias, em ocasião de missa, e vi-me na necessidade de usar de alguma diplomacia, para melhor me expressar, a fim de evitar qualquer excesso dos habitantes desse lugar, que se acham completamente fascinados, digo, fanatizados, prometendo-lhes, quando se tratou da retirada de tal frade, que eu faria todo o possível, até que escreveria uma carta a V. Exa para que ele voltasse, mas desde já rogo a V. exa. que, bem do sossego público, não defira tal representação. Já no tempo do meu antecessor, o Dr. Pereira, esse mesmo Frade foi acusado de ter mandado lançar fogo na Igreja da Matriz da freguesia de Viana, dizem, que pelo motivo de o haver o Exmo. Prelado exonerado do respectivo lugar de Pároco, e, se não fora a reconhecida prudência deste meu antecessor, ele teria realizado o plano de armar as pessoas, cujas vontades tinha sabido escrivizar, para resistir à ordem da Presidência, que o fez recolher à Capital. Contra o segundo há acrescentar-se o ser dado ao vício da embriaguez e o fato de ter querido apossar-se de certos objetos, pertencentes à Igreja Matriz da Freguesia do Queimado, da qual foi Vigário; o que V. Exa. verificará dos inclusos papéis. Concluo solicitando de V. Exa. que se digne de providenciar a fim de que a pré-dita freguesia de Cariacica seja quanto antes provida de Pároco.

Da Corte, Frei Gregório seguiu para o Amazonas, a fim de trabalhar entre os índios, nas margens do Rio Branco. De lá foi para o Maranhão. Faleceu a 3 de novembro de 1861.

Pressão para o julgamento

OS DIAS SE PASSAVAM SEM QUE SE FALASSE no julgamento dos revoltosos vencidos e aprisionados, esquecidos de seus senhores, à mercê da caridade do próprio carcereiro que lhes dava alimento e até mesmo o lume para tornar menos sombrio o ambiente carcerário, durante a noite, o que, sem dúvida, pesava em seu orçamento, nem era obrigação sua sustentar os prisioneiros que a Justiça mandava recolher. Assim, requereu ao Chefe de Polícia:

Diz Joaquim José dos Prazeres, carcereiro da cadeia pública desta cidade que achando-se recolhidos a esta prisão 23 escravos que estão em processo para serem punidos pelo motivo da insurreição havida na freguesia do Queimado, não tendo os senhores destes escravos lhes dado alimentação alguma, desde o dia que estão presos e sim o suplicante, por humanidade dando-lhes diariamente comida com o que tem dispendido a quantia de 85\$000 como consta dos documentos juntos. Então o suplicante não podendo continuar a dar-lhes comida por suas circunstâncias pecuniárias não lhe permitirem, sendo já alcançado com as pessoas que lhes tem confiado os gêneros para sustento dos ditos escravos e naquela referida quantia, vem rogar a V. Exa. se digne atendê-lo, em atenção aos trabalhos do suplicante e comprometimento em que está a satisfação daquela importância mandar indenizar o suplicante pela estação competente o que até hoje tem dispendido indenizando depois os senhores dos referidos escravos a quantia despendida e as mais que se fizerem com os escravos.

Inquietava-se a sociedade. Dizia-se que a qualquer momento os negros poderiam empreender uma fuga e fazer novo levante, já que muitos não tinham sido capturados, encontrando-se bem escondidos no mato e os chefes, que estavam presos, eram bem audaciosos. Que a cadeia precisava ser desocupada para receber outros tipos de criminosos, para que fosse evitado constrangimento como o que passara o comandante guerrilheiro que tendo sido preso “por engano”, na noite da procissão do Senhor Morto, viu-se obrigado a partilhar a mesma prisão ocupada pelos negros insurgentes de Queimado.

O caso tomou conta da Cidade. O que se fizera ao comandante era uma ofensa sem reparos. Um homem branco, capitão, preso porque se excedera de alguma forma, colocado lado a lado com negros que ele próprio havia capturado!

Todos cobravam uma posição do presidente Siqueira.

Na sessão do dia 11 de abril, o deputado Fraga Loureiro submeteu ao conhecimento da assembléia um pedido de informações ao chefe de polícia a respeito da fase em que se encontrava o processo. O requerimento foi aprovado nos seguintes termos:

Tendo-se reconhecido, que apesar das enérgicas e salvadoras providências do Exmo. Presidente da província para sufocar, como de fato sufocou, a insurreição do Queimado, ainda existe o terror na população pelos justos receios de se evadirem das prisões os criminosos, o que bem se manifestou na noite de 6 do corrente, por ocasião da solene procissão do Senhor Morto; e tendo-se dado depois a miserável ocorrência de ser preso arbitrariamente por uma patrulha na noite de 8 o comandante de guerrilhas, que não obstante ter ido à presença do Dr. Chefe de polícia, foi mandado recolher à mesma prisão dos escravos por ele capturados; por tudo isso e porque consta que o promotor público avançara não haver

criminalidade nos insurgentes opondo-se destarte ao desempenho dos deveres que a lei lhe confiara; requeiro que por intermédio do presidente se exijam com urgência do chefe de polícia informações circunstanciadas a este respeito, e do estado em que se acha o processo dos escravos criminosos, que há 22 dias se acham recolhidos à cadeia desta capital.

Ao tomar conhecimento do teor do ofício, o chefe de polícia, Dr. Accioli de Vasconcelos, que exercia cumulativamente as funções de Juiz de Direito, suspendeu sindicâncias importantes que ainda desenvolvia em Queimado e tratou de preparar o julgamento. (Nem todos os insurgidos tinham sido presos ou mortos ou tinham voltado às suas fazendas para o perdão de seus senhores. Muitos continuavam errantes pelas matas.)

No dia 30 de maio, o juiz municipal Dr. José de Melo Carvalho convocou o júri para uma reunião extraordinária.

Dentre os cidadãos sorteados poucos eram dotados de sentimentos de compaixão para com os pobres negros. A maioria nutria por eles grande ódio e queria mesmo que lhes fosse aplicado o castigo merecido pela sua audácia: a execração pública do pelourinho e a forca.

Coincidindo a data estabelecida para realização do júri com a reunião da câmara municipal, requereu a presidência desta ao presidente da província para que a sessão do júri tivesse lugar no salão do palácio do governo.

O presidente respondeu nos seguintes termos::

A câmara municipal desta cidade, em resposta ao ofício n.10, de 19 do corrente(maio) declarando — 1º que o salão do edifício que serve de palácio do governo, e em que outrora esteve colocada a administração das rendas provinciais, não tem a necessária comodidade e capacidade para nele celebrar-se a próxima sessão do júri; 2º — que tendo de ser julgados nessa sessão nada menos de trinta e tantos escravos, que devem estar livres de ferros e por isso bem guardados e vigiados, é impossível que isso se consiga com a pouca tropa que há, e o que é indispensável para o serviço da guarnição da praça da cidade, rondas, etc. uma vez que tais escravos tenham de ser transferidos da cadeia para o mesmo salão; 3º — que não sendo possível semelhante transferência, cumpre a câmara municipal espace a sua sessão para depois do julgamento do processo.

Foi, então, o julgamento confirmado para o dia 31 de maio, em sessão extraordinária, não contando o corpo de jurados com o número legal para celebração do ato.

O julgamento

— Queimado, quem te queimou?
Foi o grito: Liberdade!
Assim que a missa acabou.

72 DIAS HAVIAM DECORRIDO desde o incidente de 19 de março, em Queimado.

Famintos. Magros. Sujos. Fedidos. Infelizes. Humilhados. Eles foram entrando desacorrentados como requeria o ato. Bois humanos vencidos, que a fúria dos escravistas queria castigar ainda mais, porque ousaram sonhar a liberdade, desafiando seus senhores. Cabisbaixos, tomaram lugar diante do julgador: Dr. José Inácio Acioli de Vasconcelos, que acumula as funções de chefe de polícia e de juiz de Direito. Na acusação, o advogado Dr. Manoel Moraes Coutinho, que faz o papel de promotor público. Na defesa, padre e doutor João Clímaco de Alvarenga Rangel. Escrivão: Manoel Gonçalves de Araújo.

A sessão é declarada aberta. Era o dia 7 de dezembro de 1849.

Após as leituras e interrogatórios de praxe, é possível que a acusação tenha se pronunciado nestes termos:

Senhores Jurados:

Estes homens, que aqui estão para ser julgados, desrespeitaram a lei, quebraram a harmonia até então existente no povoado conhecido como Queimado, usaram de traição para com seus senhores, homens brancos honrados e honestos, exemplares pais de família, cidadãos íntegros do império, e, pasmem os senhores, ousaram proclamar a própria liberdade.

Ousadia. Negros cativos quebrando correntes e alçando vôo para a liberdade. Onde já se viu!... Esses abortos da natureza pensarem em romper relações com seus donos para passarem eles próprios a ser donos de terra, deixando de servir a homens de quem deviam se orgulhar. Homens que nunca deixaram faltar a comida, nem o abrigo para estes infelizes.

Eis aí seres desprovidos de qualquer sentido de grandeza, a ponto de quererem paga por terem ajudado na construção do templo do Senhor. E cobraram um preço alto: carta de alforria, no mesmo dia da festa do padroeiro. Carta de alforria como prêmio por terem ajudado na construção da igreja.

Pois bem, logrados em seu intento, como bestas humanas, profanaram a igreja erguida em honra de São José e, notem bem, senhores jurados, no momento mais sublime do Santo Sacrifício: o da elevação da Santa Hóstia, com gritos e

algazarras, dando vivas a liberdade e exigindo a carta de alforria de seus senhores, a ponto de o padre celebrante se retirar para a sacristia sem concluir o ofício. Parece coisa do Satanás!

Respondam-me, senhores jurados: Em que parte do mundo já se viu coisa semelhante? Em que parte do mundo foi a casa do senhor profanada de tal maneira?

E não pararam aí. Bêbados e dominados pelo álcool, saíram aterrorizando fazendeiros, tomando-lhes armas e víveres e obrigando-os a assinar declaração de liberdade em favor de seus cativos e a lhes entregar os escravos.

Barrou-os a ação louvável de homens como o Capitão Varela, como o Capitão Antônio Pinto e tantos outros que se bateram nos matos com risco da própria vida. Para devolver a ordem à Freguesia do Queimado.

Esses negros, senhores jurados, são culpados. Sequer podem volver a seus senhores porque não mais são dignos da confiança deles. A eles deve ser imputada a pena máxima, com morte na forca, para que sirvam de exemplo a todos os que ousarem inverter a ordem, e vilipendiar a lei, e profanar os templos, e querer se igualar aos brancos, vivendo nas mesmas condições de liberdade.

É possível que o Dr. João Clímaco tenha dito, na defesa dos negros:

Senhores Jurados:

É de se lamentar que ainda hoje o Brasil mantenha homens escravos para o serviço em geral, principalmente para tocar as lavouras de cana-de-açúcar e café. Homens tratados com a estupidez de muitos senhores que comem a comida produzida por suas mãos e os enxotam para as senzalas como se fossem porcos.

A escravidão, como as sesmarias, é hereditária: passa de pais para filhos, de geração a geração. A escravidão é uma herança maldita que os brancos inventaram para satisfazer a sua necessidade de mão-de-obra sem pagar pelo trabalho que gera a sua fortuna.

Os negros, que nasceram do outro lado do oceano, nasceram libertos. E, se aqui se encontram como escravos, não podem deixar de sonhar a liberdade. Os que nasceram neste imenso torrão, vêem tanta liberdade nos céus que é impossível não querer voar, que é impossível não querer romper cadeias e seguir livre.

A cor, senhores jurados, não encobre o homem e a escravidão não mata o pensamento. Nenhum senhor pode impedir o seu escravo de pensar. Pode açoitá-lo, pode amarrá-lo no tronco, pode prender bolas de ferro a seus pés, mas não pode matar o pensamento, a vontade de se libertar, porque o homem, seja qual for a sua cor e nacionalidade, é livre para o pensamento, porque assim o fez o grande Criador do Universo.

Os homens que aqui estão para ser julgados não cometeram, pois, crime algum, por que não é crime tentar desatar os laços que nos prendem. Ainda mais quando a exortação a fazê-lo vem pela boca de um representante de Cristo na Terra.

Com efeito, senhores jurados, se alguém tiver que ser condenado é o padre Gregório, que, na ânsia de construir a sua igreja, prometeu aos negros o prêmio mais cobiçado, a liberdade, mesmo sabendo que só poderia cumprir o prometido com a aquiescência dos senhores, aqueles que se intitulam donos.

Padre Gregório nutriu nos negros o sonho de liberdade. Falou-lhes da liberdade gozada por todos os povos da Europa, condenou o sistema brasileiro que ainda permite uma vergonha dessas e estabeleceu uma data para libertar os pobres cativos. E eles acreditaram. Não era um cidadão qualquer que lhes fazia uma proposta: era um representante de Cristo na Terra. Um homem respeitado pelos senhores e cujas palavras e ensinamentos eram, aparentemente, acatados por todos.

Com sacrifício dos dias santificados e até mesmo nas noites de lua clara, nos dias úteis, trabalharam para erguer em tempo preestabelecido a igreja de São José. Mas a liberdade não veio no dia combinado.

Quem dos senhores não ficaria indignado se, havendo feito um trato de honra, faltasse o outro ao que fora acordado? Ou a honra só diz respeito ao branco? Negro não tem honra? Até pela defesa da honra culpam estes pobres infelizes?

A manifestação ocorrida na igreja do Queimado não foi uma baderna, como querem alguns: foi uma lembrança. O padre havia esquecido de incluir na sua pregação o pacto que fizera com os negros. Na hora oportuna, após a elevação da Santa Hóstia, ou seja, de Jesus feito pão da vida, alguns negros adentraram a igreja e deram vivas à liberdade. E que mal há nisto? Cristo não morreu pela liberdade de todos os homens? Ou os negros não foram incluídos nas palavras do evangelho?

Quem erra mais, senhores, o branco que tira a liberdade ou o negro que grita por ela?

Mas ao negro feito escravo é proibida qualquer manifestação; até mesmo de dor. E os senhores sabem que, quando o negro chora, o branco ri e o enxota com palavras grosseiras, como se fora um animal de pouco trato.

Os insurgentes de Queimado quiseram apenas dar um basta aos elos que os prendem a senhores desalmados e mesquinhos. Mas as senhoras que estavam na igreja se assustaram. Elas não suportam o cheiro dos negros. Por isso mesmo começaram o alvoroço que culminou com o fechamento das portas do templo.

Os negros nada quebraram, nada destruíram. Os negros apenas soltaram o seu berro pela liberdade. A liberdade que lhes foi prometida e negada. Ninguém pode condená-los por isso.

Por tudo aqui exposto, senhores jurados, é que peço a absolvição dos negros aqui trazidos para julgamento e a condenação do padre Gregório, pivô da revolta dos pobres cativos do Queimado.

Os apartes se seguiram e o debate teve lugar por três dias culminando com o pedido de liberdade feito por João Clímaco em favor dos negros, violentados na carne e na alma e a condenação do padre Gregório, único culpado do incidente do Queimado.

Após a reunião secreta do corpo de jurados e as respostas dadas ao questionário que lhes foi apresentado, o magistrado proferiu sentença, absolvendo seis dos insurgentes, condenando 25 a açoites, que iam de 300 a 1.000 chibatadas, e cinco, considerados cabeças do movimento, a pena última, ou seja, a morte por enforcamento: Elisiário, escravo de Faustino Antônio de Alvarenga Rangel; Carlos, escravo do padre João Clímaco de Alvarenga Rangel; João da Viúva, escravo de Maria da Penha de Jesus, a viúva Monteiro; Francisco, o Chico Prego, escravo de Ana Maria de São José; e João Pequeno, também escravo dos irmãos Alvarenga, segundo Afonso Cláudio, em seu livro *Insurreição do Queimado*.

Dos 40 indiciados, quatro não foram a julgamento, porque jamais foram capturados.

Teve mais sorte o escravo Tomás, anos depois. Tendo sido açoitado em público, em represália, matou o seu senhor. Preso e condenado à morte pela forca, fugiu da prisão, matando um guarda. Tendo ido novamente a julgamento, teve como defensor o jovem Joaquim Nabuco, que, depois de discorrer sobre a opressão, a miséria, humilhações, cruza e brutalidade da escravidão, arrematou, para reflexão dos jurados e espanto da platéia: “Ele não cometeu um crime! Removeu um obstáculo. Aquele que luta contra os agentes da punição faz, de algum modo a própria defesa individual contra uma ordem jurídica que não o respeita, nem o protege”. O negro foi condenado a prisão perpétua, mas escapou da forca.

O presidente da Província pede demissão

É POSSÍVEL QUE O PRESIDENTE SIQUEIRA, após o conhecimento do resultado do júri, não tenha querido permanecer no cargo maior da província, para não passar à história como sendo o seu governo palco de acontecimentos tão trágicos como a execução de seres humanos pelo enforcamento.

Tendo, pois, pedido demissão do cargo, recebeu da Câmara Municipal a seguinte mensagem:

Ilm. e exm. sr. – A câmara municipal desta cidade soube com profunda mágoa, que v. ex. pedira e obtivera de s. m. imperial demissão do cargo de presidente desta província, que com tanta dignidade plena e geral satisfação de todos administrava! Os benefícios que v. ex. legou no curto espaço de sua ilustrada e imparcial administração, pressagiavam muitos outros para o futuro; e a câmara

jamais se esquecerá que a v. ex. particularmente deve, não ser esta província enlutada e coberta de opróbrio, abafando por enérgicas providências e acertadas medidas, a insurreição que teve lugar no Queimado.

A câmara não tem expressões com que patenteie a v. ex. seu agradecimento por este ato salvador da província, e espera que v. ex. lhe fará a justiça de acreditar que estes sentimentos são filhos, não da lisonja, mas sim de sua íntima convicção, podendo com prazer assegurar a v. ex. que do mesmo modo pensa o povo deste município que a câmara representa. Agora só resta à câmara sentir a falta dos bens que ficou provada esta província com a demissão de v. ex., e fazer a Deus sinceros votos pela preciosa saúde de v. ex. cujas eminentes qualidades a câmara devidamente aprecia. Deus guarde a v. ex. – Cidade da Vitória, 23 de julho de 1849. Manoel de Siqueira e Sá Júnior. – José Ribeiro Coelho. – Manoel Ferreira dos Passos Costa. – Francisco de Borja Braga. – Manoel Gomes das Neves Pereira.

O pelourinho

EMBORA O JUIZ TIVESSE RECORRIDO *ex-officio* da sentença prolatada, para o poder moderador, única válvula constitucional da época capaz de impedir a execução da pena, os condenados a açoites foram justificados antes que aquele órgão tivesse emitido parecer, conforme ditava a lei de 11/09/1826.

O pelourinho fora instalado junto ao cais do porto, na Praça do Cais da Alfândega. Ali eram os condenados amarrados para receber publicamente os açoites a que estavam sujeitos.

Com as calças rebaixadas, os negros recebiam das mãos dos batedores os golpes que iam retalhando as suas carnes, abrindo profundo sulcos, por onde o sangue escorria como látex vermelho de uma produtiva seringueira. Os infelizes gritavam de dor, suplicavam, pediam clemência. Mas seus gritos morriam nos ouvidos dos algozes, fiéis à incumbência que lhes foi dada, e seus apelos não chegavam a comover a maioria dos espectadores, que viam com naturalidade a execução pública a que eram submetidos os que ousaram sonhar a liberdade. Suas súplicas dirigidas aos céus não chegaram ao Criador, que não conteve a mão que açoitava sem piedade.

Cães famintos bebiam o sangue que escorria de seus corpos emagrecidos pelo jejum forçado de vários dias na cadeia.

Quando o flagelo se encerrava, o açoitado era levado direto para a Santa Casa de Misericórdia. Se a vida ainda lampejava, atacava-o a tuberculose. E assim penava até que seus dias findassem. Os menos resistentes saíam do pelourinho direto para a vala.

O Doutor Francisco Eugênio de Assis, citado por Maria Stella de Novaes em *História do Espírito Santo*, descreve assim o ato de açoitamento público:

O relho ia caindo seguidamente, salpicando as pedras, com pedaços de carne. As roupas descidas, sem camisa. Os cães afluíam ao local, para sorver o sangue, que porejava das chagas abertas, com o látego, a cada escravo caído, esperando a morte! Os executores, verdadeiros canibais, disputavam, na fúria da execução, a confundir-se, na contagem das pancadas.

Na verdade, a sentença de morte foi ditada duas vezes: por açoites, no pelourinho, e pela forca.

A fuga espetacular

A REVISÃO DA PENA PELA CLEMÊNCIA IMPERIAL julgou acertado o que tinha sido decidido pelo tribunal do júri da província. Os condenados foram informados de que em breve deixariam de fazer parte do mundo dos vivos. E que seus corpos balançariam na corda, feito judas nos dias de malhação. Era preciso arriscar.

Ninguém sabe precisar quem foi o autor do plano ou se ocorreu ajuda externa para que o ato se concretizasse. O certo é que, no dia 7 de dezembro, cinco presos não se encontravam mais na enxovia. Entre eles, três dos condenados à morte como líderes da insurreição do Queimado: Elisiário, Carlos e João, todos escravos dos irmãos Alvarenga.

A população branca se inquietou. Se tinham sido condenados à morte é porque foram considerados culpados e de alta periculosidade. Livres, poderiam promover nova insurreição, inverter a ordem, macular a paz, colocar em risco a vida dos que fizeram a sua captura...

Os negros fujões tinham que ser recapturados para serem levados à forca, como mandava a lei.

A polícia pôs-se ao encalço dos fugitivos, sendo infrutíferas todas as investidas. O chefe de Polícia apressou-se a comunicar ao presidente da província:

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência, por cópia, a parte que vem de dirigir-me o carcereiro da Cadeia desta Cidade, da qual consta que se evadiram às três horas da madrugada do dia de hoje os presos Eduardo Pinto de Vasconcelos,

Manoel de Matos, Carlos, Elisiário e João, que se achavam na enxovia do lado sul, os dois primeiros condenados a galés perpétuas, e os três últimos à pena de morte.- Sendo-me comunicado este acontecimento às quatro horas da manhã, dirigi-me imediatamente à Cadeia, e pelas indagações a que procedi vim ao conhecimento de que aqueles presos se evadiram pelo postigo da porta do Xadrez, por onde costumam os presos entrar para essa prisão e sair, usando para esse fim, segundo parece, de chave falsa, porquanto, o cadeado que fecha o postigo achava-se perfeito e sem lesão. Fiz sair incontinenti três patrulhas, uma para a estrada da passagem, outra para o caminho do molundu e outra para a estrada de santo Antônio, recomendando-lhes o emprego de todas as diligências na captura dos referido presos. Até o presente ainda não regressaram. Acha-se suspenso e preso o carcereiro, e passo a proceder as necessárias indagações a fim de saber-se quem concorreu para a fuga dos mesmos presos: cumprindo-me declarar a Vossa excelência que o resultado transmitirei a Vossa excelência, como é de meu dever.

A imprensa incitava as guerrilhas que tão bem sabiam bater o mato e encontrar fugitivos negros, mas sem êxito algum desta vez.

Foram abertas sindicâncias para se apurar como se deu a fuga. As versões eram ricas em fantasia. Dizia-se que um dos insurgentes tinha ao pescoço um amuleto de estranho poder, possivelmente onde estava registrada esta oração:

O meu corpo não será preso, nem ferido,
nem meu sangue derramado.
Andarei tão livre como andou Jesus Cristo,
nove meses no ventre da Virgem Maria.
Meus inimigos terão olhos e não me verão,
terão boca e não me falarão,
terão pés e não me alcançarão,
terão mãos e não me ofenderão,
pela glória de São Jorge, amém, Jesus.
Quem trazer esta oração ao pescoço
não morrerá ofendido pelo inimigo.

E isso fez com que misteriosamente se livrasse da cadeia juntamente com seus companheiros de infortúnio.

Outros atribuíam a fuga a Nossa Senhora da Penha. Contavam que Elisiário, chefe da insurreição, ao sentir que se aproximava a sua hora, rezou, juntamente com seus companheiros de cela, por três dias, com todo fervor e confiança a Nossa Senhora, pedindo-lhe que o livrasse daquela tormenta. E, rezando,

adormeceu. Antes de romper a aurora, foi surpreendido por um estranho clarão, que acordou também os companheiros de infortúnio. Atônitos, eles puderam ver uma figura de extraordinária meiguice, que lhes acariciou as fronte imundas e doloridas, desatou-lhes as correntes e apontou-lhes a porta, que estava entreaberta. Passaram.

O carcereiro, que dormia ao lado, nada viu. Mas saiu jurando só poder ter sido obra de Nossa Senhora.

Havia quem dissesse que, tendo o carcereiro ido pernoitar fora, escondeu a chave do cárcere em lugar visto por um dos fugitivos, que se apoderou dela fazendo a própria fuga e a de seus companheiros.

Também correu o boato de que o evadido Eduardo pôde com alguma antecipação preparar uma gazua. Que com artifício embriagou os soldados vigilantes com aguardente e, assim que eles dormiram, deu fuga aos companheiros.

Mas havia quem jurasse de pés juntos que a coisa tinha sido arte do próprio carcereiro, que, penalizado com as condições subumanas em que se encontravam os presos, a quem tudo era negado, até mesmo o lume para suavizar a negritude da enxovia, tinha-lhes feito o favor de abrir a porta, dando-lhes a sonhada liberdade.

E sabe Deus o mais que foi dito e inventado. O certo é que ninguém ficou sabendo como prisioneiros próximos da morte conseguiram evadir-se da prisão. É certo também que os brancos queriam a captura dos fugitivos de qualquer maneira.

O carcereiro, principal suspeito, comunicou o fato ao chefe de polícia e foi, imediatamente, preso.

Pressionado, o presidente da província remeteu ao ministro da Justiça ofício solicitando autorização para estabelecer um prêmio pela captura dos três cabeças da insurreição de Queimados:

Não julgando eu bastantes as providência que tenho expedido para captura dos três cabeças da insurreição, que apareceu na Freguesia do Queimado, os quais se evadiram da cadeia desta Cidade, segundo já participei a V. Excia., em ofício n. 75 de 7 do corrente, rogo a V. Excia. Que se digne autorizar-me para estabelecer um prêmio de seiscentos mil réis à pessoa que prender a qualquer dos ditos cabeças.

Esta medida eu considero de grande proveito, atenta à importância de tais criminosos, e ao receio que se derramem por toda parte.

Concedida a autorização, o presidente da província, baixou a seguinte portaria:

Autorizo ao Sr. Dr. Chefe de Polícia interino para declarar ao Inspetor de Quarteirão do Distrito do Queimado que se prender os réus Elisiário, Carlos e João, condenados à morte, tem um conto de réis; mas se morrerem na ocasião de serem presos, terá metade dessa quantia; devendo neste caso trazer o cadáver do que falecer, para se poder verificar a identidade da pessoa, e se lhe poder então fazer o pagamento depois de provar que só por este meio pôde ser capturado.

Mas nem com prêmio conseguiu a polícia lograr êxito dessa vez sobre os insurgentes. Sabe-se que prendeu apenas um dos condenados às galés, muito mais tarde, e ferido de morte, o galé Eduardo Pinto de Vasconcelos, no dia 9 de janeiro, com um tiro no peito, no sítio Laranjeiras, na Serra, porque resistiu à prisão. Mas jamais botou a mão sobre o esperto Elisiário e seus dois amigos de luta.

Dizem que morreram velhos, protegidos pelo verde das selvas que encobria o monte conhecido como Mestre Álvaro. Em liberdade.

O carcereiro, que fora preso como principal suspeito da fuga, foi absolvido mais tarde, por falta de provas.

Os preparativos para a execução

RESTARAM DOIS CONDENADOS À MORTE para ser executados: Chico Prego e João da Viúva. O próprio ministro da Justiça determinou que João da Viúva fosse executado no Queimado e que Chico Prego fosse executado na Serra, para que servissem de exemplo a todos. Neste sentido determinou o presidente da província, dando ordens ao chefe de polícia para que cumprisse *ipsis literis* a ordem ministerial

Todos os cuidados foram tomados para que nada faltasse e a execução da sentença se fizesse com êxito total.

É evidente que, para o enforcamento, não poderia faltar a presença do carrasco. Mas só havia um carrasco na Corte para a execução de tais serviços, o que quer dizer que, em todo o Brasil, naquela época, só um homem se prestava a executar a pena máxima pelo enforcamento. O próprio ministro Euzébio de Queiroz dá a notícia ao presidente da província, Felipe José Pereira Leal, em 27 de outubro de 1849, anunciando que, tão logo ele regressasse da Corte, seria enviado a esta província para a execução dos condenados:

Em aditamento ao Aviso de 15 do presente mês, tenho a significar a V. Excia. que, achando-se na Província do Rio de Janeiro o único carrasco que atualmente existe na Corte, acabo de expedir as convenientes ordens para que ele regresse com a maior brevidade, a fim de ser enviado a essa província, devendo V. Excia. esperar a sua chegada, caso até então não possa nessa província deparar com um sentenciado que se preste a executar os condenados com a prontidão necessária em crimes de semelhante natureza.

Cuidadoso para que nada faltasse de última hora e o espetáculo da execução fosse sucesso total, o juiz municipal suplente, Manoel Teixeira da Silva, enviou, no dia 4 de janeiro de 1850, ao presidente da província, Felipe José Pereira Leal, o seguinte ofício:

Em observância da Portaria que venho de receber de V. Excia. sob o n. 1 nela leva-se a execução que deve ter lugar na Freguesia do Queimado, levo ao conhecimento de V. Excia. que já pus à disposição do Mestre Carpinteiro Camilo de Lélis, a madeira necessária: igualmente ontem na Cadeia dei as providências ao meu alcance; cumpre requisitar a V. Excia. 1º o convite ao guardião da Penha Frei Vitorino e o Frei João únicos Franciscanos que temos nesta Cidade aquele para o dia 7 do corrente vir à Cadeia desta Cidade para acompanhar ao Queimado na noite do pré-dito dia 7; 2 que V. Exa. exija ao Patrão-mor para entregar ao carcereiro da cadeia pública uma corda própria para a execução, até ao pré-citado dia 7 do corrente e caso não tenha no armazém a seu cargo que haja aonde houver. 3 que a guarda da Cadeia naquele dia seja dobrada; 4 que as canoas da condução da força armada e mais objetos a respeito estejam prontas de remeiros às dez horas da noite no cais grande ou aonde V. Excia. ordenar.

Nota-se que de tudo era dado ciência ao presidente e a ele tudo era solicitado diretamente: convocar os padres para o acompanhamento dos condenados, providenciar a corda para o enforcamento, mandar reforçar a guarda no dia da execução.

Com o mesmo cuidado, oficiou o presidente da província, Felipe José Pereira Leal, ao vigário da vara, padre Francisco Antunes de Siqueira, com data de 4 de janeiro de 1850:

V. Sa. deve providenciar a fim de que os dois Frades Franciscanos existentes nesta Capital, e Vila do Espírito Santo, acompanhem um dos cabeças da insurreição, que teve lugar na freguesia do Queimado, e que deve ser ali executado no dia 8 do corrente às seis horas da manhã, a fim de prestar-lhe os socorros da nossa religião, os quais se entenderão com o Juiz Municipal a respeito da hora em que têm de partir daqui. Prevenindo a V. Sa. que outro cabeça deve ser executado no dia 11 na Vila da Serra, sendo conveniente que providencie igualmente a tal respeito.

O carrasco e seu ajudante chegaram do Rio de Janeiro no iate Boa Sorte, tendo sido mantidos em segurança por recomendação oficial. Incontinentemente, foram requisitados dois ternos de roupa, um para o matador e outro para seu ajudante, como paga de seus serviços de executores da sentença de morte ditada pela justiça dos homens.

Na véspera da execução, padre Francisco Antunes de Siqueira, vigário da Vara, foi ele próprio falar ao negro João, exortando-o ao arrependimento de seus pecados e à confissão deles para alcançar os céus, logo após ter o carrasco concluído o seu ofício.

Mas João não o recebeu bem, não aceitando a exortação que fez para se confessar. O próprio cônego Antunes Siqueira noticia o acontecido ao presidente da província:

Tenho a honra de acusar a recepção do ofício de Vossa Excelência, datado de hoje, em que Vossa Excelência me ordene informe circunstanciadamente quais as palavras, que me dirigiu o réu condenado à morte, cabeça da insurreição do queimado, quando tive de exortá-lo para poder confessar-se com a devida dor, e arrependimento de seus pecados. Com toda a coragem respondeu-me que ia morrer a sangue frio, que não temia a morte, porque crime algum tinha feito, pois estava inocente. Que o culpado de sua desgraça tinha sido o Reverendo frei Gregório Maria da Bene, Vigário da Freguesia, por lhes haver prometido a sua carta de liberdade. Logo que fosse concluída a Igreja, e terem eles trabalhado os domingos e dias santos, que eles por serem negros tolos acreditavam no senhor Padre, pois era um Sacerdote, santo e sábio, e que nunca pensaram em um tal resultado, pois só queriam a sua liberdade, e nada mais, e que se ele ia morrer, era porque sua Senhora não tinha dinheiro, nem empenhos, como tiveram os outros com o mesmo crime. Foi, Excelentíssimo Senhor, preciso interrompê-lo para que não continuasse, e então o deixei à disposição do religioso para o confessar. É o que posso informar a Vossa Excelência.

Imaginamos que a coisa tenha se passado desta forma:

O sacerdote entra na cárcere semi-escuro, acompanhado de outro sacerdote e saúda o prisioneiro:

— João, estamos aqui em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo.

João, recostado a um canto, preso em ferros, dá uma risadinha.

— Nosso Senhor mandou vosmecê aqui hoje. Justo na véspera de minha morte! Ou o sacerdote veio me trazer a liberdade? Aqui estou por tantos dias, por tantos meses e o sacerdote nunca se lembrou de vir até aqui, em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, me trazer pão, me trazer água, me dizer uma

palavra de conforto... Só agora o sacerdote acha o caminho da cadeia, para me lembrar que os brancos vão, no alvorecer do dia que segue, colocar uma corda em meu pescoço e acabar de vez com a minha agonia. Eu só estou aqui, padre, por que minha senhora não tem dinheiro e faltam-lhe os empenhos necessários para me livrar da forca. Os outros condenados já estão em liberdade. A porta da cadeia deixou de existir para eles. Viraram anjos? Pó? Inseto? A porta não foi arrombada, padre!

— João, vim, em nome da Igreja, trazer-lhe um pouco de conforto.

— Conforto, agora, padre! Cadê a cama, o lençol? E de que valeriam eles agora? Foram muitas noites de frio, padre, dormindo na pedra fria como um cão sem dono! A piedade da Igreja não veio nunca até mim, não aliviou as minhas dores, não enxugou as minhas lágrimas, não saciou a minha fome...

— João, todos somos pecadores, mas a misericórdia de Deus é infinita. Em nome de Deus, peço que se arrependa de seus pecados e se confesse para entrar de alma limpa no reino dos céus.

— Confessar-me! Eu, João da Viúva, o insurgente, um dos cabeças do levante em favor da liberdade, preso por determinação dos brancos, ajoelhar-me aos pés do sacerdote branco, do sacerdote pertencente à mesma Igreja do padre Gregório e confessar os meus pecados!... Que pecados tenho eu, padre? É pecado querer a liberdade? É pecado querer ser livre? Prendam um cão e ele latirá e gemerá até que o soltem. Prendam um boi num cercado e ele romperá a cerca em busca da liberdade. Prendam um pássaro na gaiola e ele se baterá, machucando as próprias asas, a lutar pela liberdade. Então, como querem que o homem se comporte como um ser insensível, quando o metem num cativo sem perspectiva de liberdade? Querem que ele sorria e cante de felicidade? Há séculos, senhor padre, que somos tratados como animais. Nos metem numa senzala, homens e mulheres juntos, moços e crianças, todos amontoados como num formigueiro, ou num curral, ou num galinheiro. Esse proceder dos brancos contra os pretos não incomoda a Igreja? Preto não tem alma, não é mesmo, padre?

— Não é bem assim, João. Você não está sendo justo. Tanto a Igreja crê na existência da alma do preto que o faz cristão logo que nasce.

— Mas permite que o branco o mantenha cativo? Cristão preto no cativo, pode?

— A Igreja não tem poder absoluto, não tem poder de mudar as leis... Mas a Igreja aos poucos vai fazendo com que os brancos mudem a sua forma de pensar. Um dia, temos certeza de que isto vai ter fim.

— Mas eu não vou ver. O Chico não vai ver. Nós somos condenados à morte com as bênçãos da Igreja.

— Você blasfema, João. É hora de se arrepender de seus pecados.

— Pecados, eu? O padre Gregório nos engana, usa palavras bonitas para nos encorajar a erguer a sua igreja, com o sacrifício da folga dos Dias Santos e que nos daria a liberdade assim que ela fosse concluída e eu é que peço! Nós trabalhamos até de noite, padre! Cantávamos para esquecer o cansaço da labuta do dia, tudo pela carta de alforria prometida! Nós acreditamos na palavra do padre Gregório, padre! E o que ganhamos? Prisão, pelourinho, morte na forca. Nos domingos, durante a missa, ele dizia: “Vamos rezar para que a obra da igreja logo se conclua. E com a conclusão da obra, virá a liberdade para todos”. Não fui eu, nem o Prego a escutar. Foram todos os escravos, foram os pardos e os brancos... Nós fomos enganados pelo padre Gregório, padre! Eu sou nagô. Um negro nagô não falta com a sua palavra. Não é em mim, então, que deve buscar pecados. É nele, porque nos usou, porque nos enganou, porque mentiu. É ele a quem deve confessar. Eu já paguei os meus pecados nos maus-tratos que recebi durante todos estes dias passados aqui. Já recebi a penitência da fome no jejum diário a que me submeteram, na solidão em que me via todos os dias, ouvindo os passos dos que vivem em liberdade sem poder seguir-lhes, ouvindo vozes sem poder falar com ninguém. Desculpe-me, padre, mas eu não tenho mais pecado. E, se os tinha, Deus, se existe, já perdoou todos.

— Você blasfema, João, quando declara dúvida sobre a existência de Deus.

— Deus só é pai dos brancos, padre. São os brancos que podem falar grosso e alto. São os brancos que podem viver livres. São os brancos que podem erguer a chibata e castigar retalhando a carne do preto e mandando-o para a salmoura.

— Basta, João! Você não sabe o que diz!

— Sei, sim, padre! Eu digo a verdade. E a verdade insulta, dói, fere. Deus me esqueceu durante todos estes dias de amargura. Agora me envia os seus sacerdotes para que eu confesse pecados que não sinto tê-los, para que seus anjos possam me conduzir à porta dos céus assim que eu for executado. Perde o seu tempo, padre. Eu não tenho medo da morte. Sou um soldado, sou um lutador. Se Deus me quiser, há de me querer assim como sou.

— Cale-se, infeliz! Viemos em paz e pela paz de Nosso Senhor Jesus Cristo. Se não a quer, vamos embora, dando por cumprido o nosso ofício.

A noite caiu sobre João, até que o vieram buscar para o suplício final, dentro da noite, para não despertar a ira dos simpatizantes ou o lamento de pessoas de bom coração.

A execução

— Queimado, quem te queimou?
— Foi a justiça dos brancos
Que o sonho enforcou.

O EMBARQUE SE DEU NO CAIS DE VITÓRIA, com forte escolta, seguindo a embarcação pelo rio Santa Maria até o porto das Pedras. João subiu, sem se abater, a colina onde estava plantado o instrumento do suplício final, bem defronte da igreja que ele ajudara a construir, pensando na liberdade, que se tornara causa de sua perdição. Altivo, entregou a cabeça ao laço, diante de um grande número de espectadores. E quando o carrasco impeliu seu corpo para a morte, soltou um ah! de alívio, para espanto de seus algozes e registro da história, como se dissesse: enfim, livre!

Tinha terminado uma vida.

Alguém entre o povo rezou baixinho: “Padre Nosso, que estais no céu, santificado seja o vosso nome, seja feita a vossa vontade...”

Companheiro! Do escravo desgraçado,
O sono agora mesmo começou!
Não lhe toque no leito de noivado;
Há pouco, a Liberdade o desposou.

(Castro Alves, “A Cruz da Estrada”)

Era o alvorecer do dia 8 de janeiro de 1850.

Seguro de ter cumprido o seu dever, o chefe de polícia, José Inácio Accioli de Vasconcelos, enviou ao Presidente da Província, Antônio Joaquim de Siqueira a seguinte mensagem:

Havendo o carrasco e seu ajudante, depois da execução que fizeram no dia 08 do corrente na Freguesia do Queimado em o preto João, representado que é comum dar-se-lhes um terno de roupa por tais trabalhos; assim o levo ao conhecimento de V. Exa. para que se digne deliberar como entender conveniente.

Chico foi condenado à morte. Recebeu a notícia na cela e, de repente, lembrou-se da alegria do sol que jamais veria. E da chuva molhando os campos recém-

cultivados. Nunca soubera a verdade da luz e da chuva e do vento. Escorraçado, humilhado a pontapés. Ele havia lutado pela sua libertação, pela liberdade de toda a sua raça. Tentara reinventar a sua própria existência. Dar voz ao silêncio. Mas agora estava cansado. (Fragmento do texto “Romanceado do Queimado”, publicado no suplemento do jornal *A Gazeta A saga do Espírito Santo*, 22/07/99)

A vez de Chico Prego

CHEGARA A VEZ DE PREGO. Apesar dos desvelos do presidente da província para que nada faltasse para o ato de morte, o frei do convento, encarregado de acompanhar o preso, desistiu da empresa, ao meio-dia da véspera, alegando ter adoecido, deixando os ânimos estremecidos, tanto que o presidente Felipe José Pereira Leal oficiou ao Padre Francisco Antunes Siqueira nos seguintes termos:

É com bem pesar meu que sou forçado a estranhar em V. Sa. a falta de providências a respeito de um sacerdote, que prestasse os socorros de Nossa Santa religião ao réu, que seguiu ontem para a vila da Serra a fim de ali ser executado, sendo conveniente fazer-lhe sentir que tanto mais digno de censura se torna V.Sa. quanto havendo frei João Nepomuceno Valadares, que tinha de acompanhar aquele réu e serve de seu coadjutor, dado parte de doente ao meio-dia só perto das oito horas da noite é que foi este Governo informado de que comunicando a V.Sa. essa ocorrência o Juiz Municipal, pouco antes se havia V.Sa. limitado a responder-lhe por escrito, que o Vigário da Serra por caridade prestaria os socorros da religião ao dito réu, sendo preciso que o Presidente da província, ainda depois de encontrar-se com V. Sa. em uma das três casas em que é notório, V.Sa. costuma morar, andasse em demanda de um sacerdote para o fim mencionado, tendo felizmente deparado o carmelita Frei Antônio de Nossa senhora das Neves, Vigário da Freguesia de Viana, que se torna digno de elogios e gratidão dos fiéis pela prontidão com que cedeu ao meu convite, evitando dessa maneira o escândalo de ser conduzido ao patíbulo um católico, sem ter ministro da religião de Jesus cristo, que o exortasse em suas contadas horas de existência: semelhantes fatos vou levar ao conhecimento do Exmo. Bispo Diocesano, a fim de conhecer o como procede o seu Delegado nesta Província.

Mas, apesar do incidente, não faltou socorro espiritual ao condenado Prego. Na falta do Frei Nepomuceno, que não se dispôs fazer a caminhada de mais de seis léguas, depois das dez da noite, para fazer exortações finais a um preto, valeu-lhe o vigário de Viana.

Prego também não tinha medo da morte. Vestindo ainda os andrajos do que fora a roupa nova da festa de São José, mas com o porte de um rei negro, o dorso firme, a cabeça erguida, ele marchou para o local do suplício, precedido do padre, do carrasco e das autoridades que deviam dar testemunho do desagravo da lei, ao som do surdo que vez em quando interrompia suas batidas para uma pregação do padre e a leitura da sentença, como numa via sacra, que pára diante de um quadro para que se reze e segue para o quadro seguinte. Ouviu sereno o badalar da campainha mortífera, a última leitura da sentença, a exortação final.

Feita a última unção religiosa, de mãos atadas galgou os degraus da escada e entregou a cabeça para que lhe fosse passada a corda do suplício. Se tinha que ser, por que deplorar? O carrasco, fiel ao seu ofício, não esperou mais um segundo, arremessando seu corpo para o vazio, indo ele próprio no balanço, cavalgando no pescoço do condenado os pés forçando as amarras das mãos para fazer maior pressão.

Minutos depois a corda era cortada. E como o corpo desse ainda sinais de vida, o Capitão Antônio Pinto tomou de um pedaço de madeira e esmagou o crânio, os braços e as pernas do justicado, como se o fizesse a uma cobra venenosa que se quer ter a certeza de que não viverá, diante de uma platéia numerosa, que silenciou ante o espetáculo grotesco que presenciara.

Machucaram a carne.
Quebraram os ossos.
Esfacelaram os miolos.
Mas não conseguiram matar o sonho.

O sol, rompendo as últimas sombras da madrugada, surgiu festivo por detrás da serra, derramando luz sobre as cabeças dos homens para que amadurecessem a idéia da abolição.

Naquele mesmo ano, foi proibido, definitivamente, o tráfego de navios negreiros, na condução de negros da África para o Brasil.

Estava dado o primeiro passo rumo ao fim do cativo.

Cumprindo seu dever, o juiz municipal suplente, Manoel Teixeira da Silva, oficiava ao Presidente da província, dando-lhe as informações de dever:

Em cumprimento à Portaria de V. Exa, sob o nº 1º de 2 do corrente janeiro, concernente à execução de um dos cabeças da insurreição da freguesia do Queimado que devia ter lugar no mesmo distrito no dia oito deste mesmo mês;

em solução levo ao conhecimento de V. Exa. que a execução do réu João escravo de D. Maria da Penha, foi executado com todos os requisitos exarados nos Artigos 38, 39, 40 e 41 do Código criminal, que nos rege no pré-dito dia 8; seguindo-se igualmente os mesmo termos, na Vila de Nossa senhora da Conceição da Serra, com a execução do réu Francisco Prego escravo de D. Ana Maria de São José, no dia 11 do corrente, cujas certidões se acham juntas nos respectivos autos: igualmente fixo..... as contas das despesas das pré-ditas execuções.

A resposta do padre e a ira do presidente

PADRE ANTUNES DE SIQUEIRA NÃO GOSTOU da maneira insolente como foi tratado pelo presidente da província, atirando-lhe no rosto o fato de ter vida pouco regrada a ponto de poder ser encontrado em três casa diferentes, insinuando tratar-se de casas de suas concubinas. E em ofício datado de 17 de janeiro de 1850, deu-lhe a resposta (onde diz:

Não consta Exm.Sr., nem em parte alguma se tem praticado, que fosse o Clero obrigado a conduzir o padecente ao patíbulo, pois não podendo ele ser Juiz de Fato para dar a sentença de morte, que lhe é proibido pelos cânones, sob pena de excomunhão, e suspensão de suas ordens, menos será permitido assistir a esse horroroso aparato [...]),

conforme abaixo transcrevemos:

Sensibilizado pela maneira rigorosa em que V. Exa me trata em seu ofício de 11 do corrente me foi necessário lançar mão da pena para responder a V. Exa. bem a meu pesar. Diz V. Exa. em seu citado ofício, que me estranha a falta de providências sobre um Sacerdote que prestasse os socorros de Nossa religião ao réu que seguiu para a vila da serra, para ser ali executado. Submisso respondo a V. Exa. Esse réu na manhã do dia em que partiu foi justamente fortalecido com todos os sacramentos, estando com ele toda manhã o Religioso Fr. João Napomuceno Valadares, a quem competia exortá-lo. Ao meio dia, consta-me que esse Religioso dera parte de doente por um escrito ao Juiz Municipal que, sem a formalidade necessária, me veio às mãos ao depois de Ave-Marias, dando-lhe eu a resposta conveniente em semelhante caso. Não consta Exmo. Sr., nem em parte alguma se tem praticado, que fosse o Clero obrigado a conduzir o padecente ao patíbulo, pois não podendo ele ser Juiz de Fato para dar a sentença de morte, que lhe é proibido pelos cânones, sob pena de excomunhão, e suspensão de suas ordens, menos será permitido assistir a esse horroroso aparato. Não tenho jurisdição

absoluta para obrigar a um Sacerdote marchar seis e mais léguas com perigo de vida em noite escura para levar um condenado a uma outra Freguesia, onde acharia os socorros espirituais por um outro sacerdote ainda três horas antes de sofrer a pena última. Logo, Exmo. Sr., onde está a falta de providência de minha parte? Se me fosse lícito, perguntaria a V. Exa qual a L, que manda que o réu seja conduzido como um Judas com o mesmo fato com que há dez meses entrou para a prisão, a seis léguas de distância, de noite, para ser enforcado? E que sacerdote teria alma para tanto?. Permita-me V. Exa. que eu diga- e não causaria a maior censura a V. Exa., o que fiz, e com especialidade ao Rd. Ex- Provincial do Guardião do Convento da Penha, e sim V. Exa. a ele dirigir-se e este ao seu companheiro, por que assim pratica o Governo geral, quando necessita de algum religioso para este e aquele fim, e nunca ao Exmo, e Rmo., Sr. Bispo Diocesano, e porque assim obrei, mereci logo de V. Exa. um tiro demasiadamente forte, como dirigido a um soldado inocente; pertencendo eu a outra classe, cuja forte repreensão só deveria vir do meu Prelado, segundo a autoridade primária e eclesiástica, que exerço nesta Província. A tanto, Exmo. Sr., não sou sujeito. Muito respeito a V. Exa. não só na qualidade de digno Presidente desta província, mas ainda como homem particular, por ser este meu rigoroso dever. Mas V.Exa. movido talvez por intrigas de todo desprezou o caráter sacerdotal, menoscabando a minha pessoa e dignidade, já como Arcipreste Vigário da Vara, Cônego honorário da Capela de S.M, o Imperador, e ainda mais como seu pastor, de cujo rebanho é de fato V. exa. a minha principal ovelha; ainda sentindo com maior mágoa, quando diz que comigo estive em uma das três casas onde moro, o que é notório, e respondo a V. Exa. com maior respeito, que tais expressões tão ferinas, de certo nunca esperaria de V. Exa. - Presidente sábio, e prudente, a quem deveria ser estranha a vida privada de qualquer cidadão. Só a cólera e a precipitação farão V. Exa. afastar-se um pouco de sua razão, de seu caráter nobre, civil e religioso. Esta é, Exmo. Sr., a minha defesa, que em tempo levarei ao conhecimento do Exmo. E Rm. Sr. Bispo para assim conhecer o que obrei como seu delegado nesta Província.

Sentindo-se ofendido, o presidente da província devolveu o ofício recebido, nos seguintes termos:

Devolvo a V. Rma. O ofício que neste momento me foi entregue, respondendo ao que lhe dirigi com data de 11 do corrente, visto estar concebido em termos pouco decentes e respeitosos a este Governo, a que V. Rma. Deve acatar, e cujas ordens é obrigado a cumprir como a ele sujeito. Esse ofício veio me convencer das informações pouco lisonjeiras que a respeito de V. Rma. tenho colhido.

E fez mais. Na data de 19 de janeiro de 1850, enviou ao bispo diocesano do Rio de Janeiro correspondência em que fala da vida devassa do Padre Antunes, que mantinha duas concubinas, em cujas casas tratava de negócios com quem o quisesse procurar, o que era público e notório:

Sinto que tendo de, pela primeira vez, dirigir-me a V. Exa., seja para levar ao seu ilustrado conhecimento fatos, que devem por sem dúvida magoar o coração bem formado de V. Exa., pois que são eles concernentes ao Vigário da vara- Francisco Antunes de Siqueira, delegado de V. Exa. nesta província; mas V. Exa., tem muita boa bondade e sabedoria para me relevar, porquanto perfeitamente conhece que eu, na qualidade de Presidente, sou obrigado a empenhar-me a fim de que as autoridades sem exceção de nem uma, cumpram seus deveres, não se afastando um seutil da mais exemplar conduta, e estigmatizando aquelas que não trilharem semelhante senda. Animado de tais princípios eu trairia minha consciência se me demorasse em provar a necessidade de V. Exa. substituir o dito Vigário da Vara por outro, que, além de inteligente, saiba melhor desempenhar tão importante lugar, que por suas virtudes e sisudez, seja respeitado e considerado, principalmente pelo Clero, e cujas ações possam ser seguidas sem perigo de corrupção pelos Povos. V. Exa. permitirá que eu seja bastante franco. A vida devassa que esse Padre vive, tendo tidas e mantidas duas concubinas, cujas casas freqüenta a qualquer hora do dia, e nas quais autoriza para procurá-lo a quem com ele quiser tratar algum negócio, o que é de notoriedade pública, e V. Exa. facilmente poderá verificar os abusos freqüentes cometidos no desempenho de suas funções, entre muitos, o de consentir que Fr. João Nepomuceno Valadares batize, e administre outros sacramentos, o qual Frade, sendo Guardião do Convento Franciscano está exercendo o lugar de coadjutor, convindo declarar que esse Religioso prega, sem o poder fazer, ao Evangelho, a guerra em que está com o Clero, que nem um respeito lhe presta, e a sua falta de consideração e deferência para com a primeira autoridade da Província, o tornaram indigno da vara, que lhe está confiada, e que se continuar em suas mãos muitos comprometimentos pode trazer a V. Exa., de cujo nome ele abusa, segundo estou informado. Tais fatos chegaram a minha notícia poucos dias depois da minha posse, porém aguardando minha própria observação eu não lhes dei pena, hoje essa veio convencer-me da exatidão dos mesmo fatos. V. Exa. sábio, virtuoso e justo, como é, não pode deixar de aquilatar o quanto é nocivo à Sociedade um Ministro da religião de Jesus cristo com semelhantes predicados, e estou convencido de que não hesitará na substituição, que indiquei. Há dias por ocasião de subir ao patíbulo um condenado censurei-o pela omissão de providências a respeito de um sacerdote que despendesse com esse infeliz as doces consolações de nossa religião nas contadas horas de sua existência- em resposta enviou-me o ofício, junto por cópia, na qual além de tratar-me com aspereza, desconheceu minha autoridade. V. Exa. à vista desta peça oficial não poderá furtar-se a fazer respeito do seu Delegado o juízo merecido. Espero que V. Exa. dará toda consideração a este meu ofício, e que não me porá na triste contingência de servir com um Empregado indigno da confiança de V. Exa., e da deste governo.

A luta continua

A PRISÃO, O SOFRIMENTO E A MORTE dos insurgentes do Queimado não inibiram os movimentos aqui no Estado em favor da liberdade para os negros feitos

escravos. São Mateus, onde estava a maior concentração de escravos da Província era o pivô das revoltas dos negros e suas fugas. Conforme relata o pesquisador Cleber Maciel, em seu livro *Negros no Espírito Santo* (1994, fls. 52), “Em 1855 novamente a região de São Mateus foi agitada pelas manifestações de escravos que, usando o argumento de que já existia uma lei que proibia o tráfico, queriam o fim da escravidão imediatamente”. É evidente que como não poderia deixar de ser, a manifestação foi reprimida, tendo sido preso e processado o seu líder, Francisco Mota.

Em 1865, chegavam freqüentemente à capital notícia de insurreições no norte da província, principalmente em São Mateus, onde as fugas eram comandadas pelo escravo Benedito, conhecido como Meia-Légua, por causa de suas andanças de fazenda em fazenda exortando os negros à rebelião. Benedito, segundo Eliezer Nordato e Herinéa Lima, em *História de São Mateus*, era admirado pelos companheiros de luta e odiado pela classe dominante. “A tradição oral diz que as suas qualidades de líder, a sua coragem e a sua astúcia, transformaram-no em símbolo de esperança de libertação para os sofridos negros que aqui viviam”(obra citada, fls. 63). Segundo os pesquisadores supracitados,

O bando de Benedito Meia-Légua saía sempre em pequenos grupos. Cada grupo tinha um líder, que mantinha as mesmas características de Benedito, a fim de confundir os seus perseguidores. Era uma estratégia de luta. Com tal artifício, Benedito e seus companheiros conseguiram se manter durante quarenta anos, sempre perseguidos, mas nunca totalmente destruídos. Quando se espalhava a notícia de que Benedito fora morto, ele reaparecia noutra fazenda com novas investidas.

Por sua capacidade de ocultar-se a seus perseguidores e de reaparecer quando todos o julgavam morto, espalhou-se a crença de que Benedito era imortal, pois trazia consigo um embornal com uma imagem de São Benedito, uma forma de amuleto que o protegia contra os perigos. Criou-se, então, a Irmandade, em cujas reuniões se organizavam as lutas e se planejavam as fugas, a festa de São Benedito ou São Bino e os folguedos como o Ticumbi ou Baile de Congo, tudo conforme narram Eliezer Nordato e Herinéa Lima, na obra citada.

Conta-se que Benedito só foi apanhado, quando, já velho e manco, passou a dormir escondido numa gruta existente num tronco de árvore. Traído por um caçador, a polícia planejou para ele uma cilada. Ficou bem escondida na mata, à espera de que ele fosse se recolher. Assim que o pobre velho entrou em seu esconderijo, tampou a abertura existente e ateou fogo ao tronco, que ardeu durante dois dias e duas noites.

Meses depois encontraram a imagem de São Benedito em meio às cinzas, em perfeito estado. Um fazendeiro, ao tomar conhecimento do ocorrido, ordenou que atirassem aquela imagem no Córrego das Piabas. Algum tempo depois, a imagem foi encontrada por negros pescadores, que a conservaram consigo. A partir de então, essa “imagem” passou a ser conduzida à frente de um tambor, andando pelos sertões de São Mateus e Conceição da Barra. (Eliezer Nordato e Herinéa Lima, in *História de São Mateus*, fls. 64,65)

Segundo Cleber Maciel, em sua obra citada, “Na Fazenda Palmas, em Santa Cruz, em 1887, os escravos resolveram parar de trabalhar e protestar pacificamente, sem armas, contra os maus-tratos” (fls. 52).

A partir de 1869, informa o autor supramencionado, surgiram várias Sociedades Abolicionistas no Espírito Santo, como a Sociedade Abolicionista do Espírito Santo, a Sociedade Emancipadora Primeiro de Janeiro, a Sociedade Libertadora Domingos Martins, 1875, a Sociedade Abolicionista Literária Peçanha Póvoa, 1881 e a Sociedade Libertadora Beneficente do Rosário, 1887.

Mas, se, de um lado, cresciam os movimentos em favor dos negros, do outro, ampliava-se a repressão, tanto que a 12/12/1887, faltando apenas um ano para a abolição, houve violenta repressão e matança em Santa Cruz. Isso, no entanto, não impediu os homens negros feitos escravos de continuar sonhando e lutando pela liberdade, na província do Espírito Santo.

Os passos seguintes, em nível nacional

CADA VEZ MAIS CRESCIAM EM TODO O PAÍS os movimentos em favor da libertação dos negros. Pressionados, iam os escravocratas cedendo, fazendo concessões, tratando com um pouco mais de humanidade os seus cativos.

Aqui no Espírito Santo, por ocasião dos festejos da Penha, no ano de 1871, foi lido durante o ofertório da missa, documento que declarava livre o ventre de todas as escravas dos Conventos da Província e concedia a alforria a quatro escravos adultos e a doze menores do Convento da Penha, antecipando-se assim à Lei do Ventre Livre que só seria sancionada, pela princesa Isabel, a 28 de setembro do mesmo ano, declarando livres filhos de escravos nascidos a partir daquela data.

Lei do Ventre Livre

Art. 1º — Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta Lei serão considerados de condição livre e havidos por ingênuos.

§ 1º — Os ditos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores das mães, os quais terão a obrigação de criá-los até os oito anos completos

§ 2º — Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção de receber do Estado a indenização de 600\$000 ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos.

Art. 2º — O Governo poderá entregar a Associações por ele autorizadas os filhos dos escravos nascidos desde a data desta Lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores.

§ 1º — As ditas Associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até os 21 anos completos e poderão alugar esses serviços.

TEORICAMENTE, A LEI DO VENTRE LIVRE declarava livre do cativo toda criança negra nascida a partir daquela data. Mas, na verdade, a liberdade só seria alcançada quando o beneficiado atingisse os vinte e um anos, desde que fosse registrado, prestasse serviço a seus senhores para compensá-los pelas despesas com sua manutenção e que nem o beneficiado nem seus pais tentassem fugir. Assim, o beneficiado ficava em poder dos senhores, servindo-os como se escravo fosse, o que não invalida o avanço em direção ao rompimento definitivo dos laços.

Em 1884, pressionadas pela ação vigorosa das camadas populares, as Províncias do Ceará e do Amazonas decretaram a abolição da escravatura em seus territórios.

Em 28 de setembro de 1885, foi sancionada pelo Imperador, Dom Pedro II a Lei Saraiva-Cotegipe, mais conhecida como Lei do Sexagenário, porque concedia a alforria a todos os escravos que completassem sessenta anos de idade. Também, embora representando um avanço, não deixava de ter uma ponta de ironia a tal lei, uma vez que dificilmente um negro cativo chegava aos sessenta anos de idade

O clamor abolicionista ganhava espaço. Mais vezes se juntaram às vozes já existentes. De Pernambuco, vinha o eco da oratória de Joaquim Nabuco, que proclamava: “O Exército Nacional não deve se prestar ao papel de perseguidor do escravo fugido; não se coaduna com a honra do Exército a captura do negro que procura libertar-se à escravidão”.

Da Bahia, brotava o canto audacioso e denunciador do poeta Castro Alves:

Tudo é deserto... somente
Em meio à praça se agita
Dúbia forma que palpita,
Se estorce em rouco estertor.
— Espécie de cão sem dono
Desprezado na agonia,
Larva da noite sombria,
Mescla de trevas e horror.

É ele o escravo maldito,
O velho desamparado,
Bem como o cedro lascado,
Bem como o cedro no chão.
Tem por leito de agonias
As lájeas do pavimento,
E como único lamento
Passa rugindo o tufão.

Chorai, orvalhos da noite,
Soluçai, ventos errantes.
Astros da noite brilhantes
Sede os círios do infeliz!...
Que o cadáver insepulto,
Nas praças abandonado,
É um verbo de luz, um brado
Que a liberdade prediz.

(Poemas de Castro Alves, Editora Conduta)

No Rio de Janeiro, sobressaía o jornalismo brilhante do mulato José do Patrocínio, que colocou o seu talento a favor da libertação dos negros, tirando de cada acontecimento político todas as repercussões possíveis em favor da causa abolicionista.

Felizmente, a 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assinou a lei, que ficou conhecida como Lei Áurea, porque foi escrita com pena de ouro, acabando, definitivamente, com a escravidão negra no Brasil.

Lei Áurea

Artigo 1º — É declarada extinta, desde a data desta lei, a escravidão no Brasil.

Artigo 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

O DRAMA DOLOROSO TINHA CHEGADO AO FIM. Pena que tenha demorado tantos anos. Pena que tenha deixado tantas cicatrizes no corpo e na alma. Pena que tenha derramado tanto sangue. Pena que tenha ceifado tantas vidas.

Conclusão

FINDO O TRABALHO, SOB RAM-NOS DÚVIDAS. E é possível que as nossas dúvidas sejam as de muitos que se interessaram pelo assunto.

Vejamos: teria frei Gregório verdadeiramente estabelecido um pacto de liberdade com os negros do Queimado, afirmando que assim que a igreja fosse concluída ele haveria de conseguir para eles uma carta de alforria? Quem daria a tal carta de alforria? Os senhores, que deveriam estar de acordo com o plano, ou a Imperatriz do Brasil contra a vontade dos senhores, para que o padre pudesse honrar a sua palavra? Ou teria frei Gregório usado para com os negros uma linguagem cifrada, como, findo o trabalho virá a liberdade, porque eles iriam se desobrigar do sacrifício de seus dias santos em favor da construção? Teria, por acaso, frei Gregório montado um plano diabólico com Elisiário para estimular os negros no trabalho da igreja, prometendo-lhes a liberdade que só a vontade dos senhores podia conceder ou seria Elisiário um esperto, fazendo ele próprio a proposta a frei Gregório? “Consigo os negros para trabalhar nos domingos e dias santos, mas em troca eles querem a liberdade, quando a igreja ficar pronta.” Seria o frei Gregório um velhaco, a ponto de jurar falsamente? “Juro, repito de novo que eu não fui causa, nem aconselhei a eles no motim, que fizeram no dia de São José, 19 do corrente” “[...] ouviram que eu disse abertamente ao infeliz e ímpio escravo Elisiário, cativo do sr. Faustino Antonio de Alvarenga Rangel, chefe do motim, que eu não podia, nem devia, nem queria dar-lhe carta de alforria, nem dizer-lhes alguma coisa relativamente a quanto exigiam de mim em sua malvada revolta...” Note-se a dureza da

linguagem usada pelo sacerdote quando trata o negro Elisiário de “infeliz, ímpio”, chamando a revolta de “malvada.” E como a suaviza, quando se defende: “eu, homem sem experiência e sem malícia...”

Mas o governador não acreditou na inocência do padre. Tanto que o despachou para a Corte tão logo pôde.

Teriam os senhores conhecimento do acordo estabelecido entre o padre e os negros, fazendo ouvidos de mercador para o assunto, porque também queriam a conclusão do templo e porque, no final da obra, em havendo cobrança dos negros, haveriam de negar que estivessem de acordo com o tal plano? Mas se não estivessem cientes da barganha, por que haveriam de ceder os seus escravos para o trabalho extra nos domingos e dias santos? Imaginamos três situações.

Primeira: frei Gregório, querendo a conclusão das obras do templo que ele iniciara três anos antes, em sendo a comunidade muito pobre em sua maioria, não viu outra alternativa senão contar com o trabalho escravo. Consultou alguns fazendeiros a respeito, que lhe disseram não poder obrigar os escravos a trabalhar aos domingos e dias santos. O padre teria acenado com a proposta de alforria, para que os negros topassem a empreitada, deixando entrever no semblante que não se tratava de uma proposta séria. Os senhores aquiesceram. Estando de acordo os senhores, o padre chamou Elisiário, que tinha espírito de liderança, e fez a proposta, logo aceita.

Segunda: Na segunda teoria o padre teria pedido a Elisiário, negro falante, esperto e bem-informado, para que arranjasse alguns escravos para ajudar na construção do templo.

— Em vez da gente trabalhar para o patrão vai trabalhar para a Igreja? — teria perguntado Elisiário.

— Não. Os que quiserem trabalhar para a Igreja terão que fazer isso nos domingos.

— A troca de quê, seu padre? — teria perguntado Elisiário.

— Quem trabalha para a Igreja recebe as bênçãos de Nosso Senhor Jesus Cristo.

— Mas morre mais cedo, seu padre. Morre de tanto trabalhar. Que tal vosmecê, que tem influência, conseguir com os senhores a tal carta de alforria para quem trabalhar para a Igreja? Se vosmecê, que conhece de perto a Rainha, me der a palavra que consegue, eu vou arranjar os homens.

— É possível. Tenho certa influência junto à imperatriz. Negócio fechado. Você me arranja os homens e eu me encarrego do resto. Quanto mais cedo acabar a obra, mais cedo virá a liberdade, que eu também não aprovo o servir sem recompensa.

Terceira: Na terceira teoria, Elisiário, freqüentador da cozinha dos brancos, para ser simpático ao padre que estava em dificuldade para completar as obras da igreja, se propôs arranjar braços para a conclusão do templo e teria dito aos companheiros, por invencionice própria, que o padre ia alcançar para eles a liberdade se trabalhassem na obra da igreja nos domingos e dias santos. Quanto mais cedo a obra ficasse pronta, mais cedo viria a liberdade. Os negros toparam, acreditando fosse um negócio sério. Tomando conhecimento do plano, o padre deu a ele alento, exortando os negros a rezar durante as missas pela liberdade que haveria de vir com a conclusão das obras. Mas a liberdade de que o padre falava era a liberação do trabalho aos domingos, embora pregasse concomitantemente não estar a favor da escravidão, que a escravidão do semelhante era ato que desagradava a Deus, que criou o homem livre.

Hipóteses, hipóteses.

Mas o que terá de fato ocorrido no Queimado, se nada foi escrito e o padre negou o pacto supostamente feito com os negros?

Também outras dúvidas nos ocorrem. Por exemplo: Quem teria patrocinado a fuga de Elisiário e seus companheiros de cárcere? Os irmãos Alvarenga? O próprio padre Gregório? O carcereiro, movido pela compaixão ou porque teria recebido agrados para abrir a porta do cárcere? Como os negros de São Mateus vieram para os festejos de São José? Teriam tido a permissão de seus senhores ou vieram à sua revelia, acreditando que também seriam beneficiados com a liberdade a ser anunciada pelo padre durante a missa? Como os escravos conseguiram manter o segredo da revolta programada, caso não viesse a liberação? Ou os brancos, embora cientes, duvidavam que houvesse de fato uma revolta? Teria Elisiário, após fugir da cadeia, se refugiado nas matas que envolviam o Mestre Álvaro? Por que não foi achado pela guerrilha acostumada a que estava a bater o mato? O presidente da província baixou edital oferecendo um conto de réis pela captura dos fugitivos. Seria só para dar uma satisfação ao público? Onde estava nessa época o capitão Antônio Pinto, que não saiu à caça dos fugitivos? Teria Elisiário dobrado a vigilância das guerrilhas e ido para o Morro dos Escravos, em Viana, ajudando a engrossar o quilombo lá existente? Teria viajado para outras terras? Ido ao encontro do frei Gregório no Amazonas? Quem sabe, realmente, o seu fim? Sabe-se que Carlos esteve sob a proteção de João Clímaco enquanto este viveu. Não teria ele, da mesma forma, protegido os outros dois fugitivos? Informa Afonso Cláudio que o processo sobre o levante do Queimado desapareceu. A quem interessaria o desaparecimento dos autos? São perguntas sem resposta porque o tempo levou provas e testemunhas. Só as ruínas da igreja subsistem, já em estado lastimável. Logo terão também desaparecido se os homens não tomarem enérgicas providências para a sua preservação.

APÊNDICE

A saga de um povo

TRATA-SE, COM CERTEZA, de uma raça forte, persistente, amante da vida.

Apesar de todo o sofrimento que lhe impingiu o cristão branco, ela não se recolheu, não praticou suicídio em massa, não esmoreceu. Mas lutou pela vida, mantendo acesa a chama da liberdade, mesmo após os episódios mais tristes de sua trajetória no Brasil.

Dos restos de porco que o branco lhe atirava como esmola, inventou a feijoada, obrigando o branco a ir comer de sua panela, vencido pelo odor e pelo sabor e pelo tempero que só a mão de uma negra sabia fazer.

Cantou e dançou para aliviar as mágoas, para alegrar o ambiente, para encantar os senhores e aplacar a sua cólera.

Desapareceram da Serra os índios temiminós, os tupiniquins, os goitacases. Mas os pretos continuam de pé, embora muitos cada vez mais empobrecidos pela política desastrosa tocada pelos administradores de todo o país, embora muitos sem o pronto atendimento médico quando acometidos de enfermidades bruscas, embora muitos sem um abrigo decente para si e sua família, mas encantando multidões quando arrastam pelas ruas da cidade os mastros e o navio para louvar o santo mais querido da cidade, São Benedito.

São Benedito, o santo dos pretos

NÃO OBSTANTE A IGREJA-MATRIZ ter como padroeira Nossa Senhora da Conceição, a festa maior da cidade da Serra é, sem dúvida, em honra a São Benedito.

Italiano de nascimento (Sicília, 1526), mas africano de origem, São Benedito ficou conhecido pela sua humildade. Foi guarda de rebanhos e lavrador até recolher-se em um monte, juntamente com o eremita Jerólamo de Lanza, fundando uma comunidade religiosa. Em obediência à determinação

papal que ordenou a todos os ermitões recolherem-se a um convento, Benedito escolheu a Ordem dos Franciscanos Menores, onde desenvolveu a atividade de cozinheiro, vindo mais tarde a ocupar o posto de Superior do Convento de Santa Maria de Jesus.

Viveu jejuando e se penitenciando. Faleceu em 1589, no dia 3 de abril com 63 anos de idade, após uma vida de 36 anos em solidão.

Em 1763, Benedito foi beatificado pelo Papa Clemente XIII expandindo-se a devoção ao santo preto.

Aqui no Brasil, logo os pretos se identificaram com o santo de sua cor, filho de escravos, originário da mãe África.

Como a imagem do santo é apresentada com um Menino Jesus nos braços, a festa a ele dedicada na Serra passou a ser feita no dia 25 de dezembro, até 1883, quando o Padre André Massela resolveu transferi-la para o dia 26 do mesmo mês, possivelmente para separar a festa dos brancos da dos pretos, sob o pretexto de que estes faziam muito barulho junto à igreja, com seus cantos, seus tambores, sua dança.

Não se amofinaram os pretos, acostumados que estavam a toda espécie de humilhações. O santo que elegeram como seu padroeiro teria a sua festa. E a festa dos pretos haveria de ser maior que a festa dos brancos.

Desenvolvendo ritual próprio, logo após o dia 8 de dezembro, dia da padroeira, Nossa Senhora da Consolação, eles se dirigem para o lado do mar, direção do sol nascente, Caminho de Carápe, e cortam uma árvore, tirando dela o tronco majestoso, que é amarrado a duas juntas de bois com suas cabeças enfeitadas de flores. O cortejo caminha ao som dos tambores do congo e é seguido por cavaleiros com suas montarias enfeitadas, conforme relata Clério José Borges, em seu livro *História da Serra*.

No dia 26 de dezembro, o dia da grande festa, o mastro é puxado em direção ao navio, que sai do mar, em sentido oposto ao deslocamento do mastro. O mastro é colocado dentro do navio, que desliza sobre rodas e é puxado por grossa corda em que todos os devotos querem colocar a mão, para pedir graças ou agradecer graças alcançadas. E, cantando, tocando e sambando, eles entram na cidade que um dia viu suspenso na forca o homem que deu a vida pela liberdade de todos. Ao chegar na praça principal, o mastro recebe uma bandeira com a estampa do santo e é fincado ao lado da matiz de Nossa Senhora da Consolação, onde permanece até a páscoa, quando é retirado e guardado.

Diz Judith Leão Castelo Ribeiro, na coletânea organizada por Aparício Fernandes, 1977, *Nossa Mensagem*, fls. 291 a 294, que, segundo seu bisavô, Luiz Barbosa Leão, a cortada do mastro e puxada do navio teve origem em Portugal:

Quando nas campanhas aliciadoras de soldados para defesa das ‘Terras Santas’, Pero Eremita motivava o povo, insuflava a fé com a cortada de um mastro em cada cidade e, dias após pregações, com a ‘Puxada do Mastro’, num improvisado navio, simbolizando as caravelas que rumariam com os recrutados, para a defesa do Santo Sepulcro. Cada navio tinha uma bandeira do santo mais venerado da localidade.

Mas, na Serra, conta-se que a cortada e puxada do mastro é uma homenagem a São Benedito porque, invocado quando do naufrágio do navio Palermo, às costas de Nova Almeida, teria socorrido os negros que estavam a bordo dele, fazendo com que, agarrados ao mastro pudessem chegar sãos e salvos em terra firme.

Diz Judith Castelo, na obra citada, que a música principal da puxada do mastro de São Benedito era o “Vapo”, uma variação de vapor, criada por Chico Riquinha, numa homenagem ao primeiro navio a vapor, o “Arurau”, que aportou no porto de Vitória, causando forte impressão na população.

Cá com meus botões, fico a imaginar que, consciente ou inconscientemente, a puxada do mastro e do navio, na Serra, devam ter certa conexão com a captura dos negros nas selvas africanas e seu traslado para o Brasil. Senão vejamos: da mesma forma que os comerciantes de negros adentravam as florestas e faziam prisioneiros os nativos, contra a sua vontade, os negros, na Serra, adentram a mata e sacrificam uma árvore que é arrastada até determinado lugar previamente estabelecido. O barco há que simbolizar os navios mercantes que traziam os negros capturados para a escravidão no Novo Mundo. Note-se que navio e barco saem de lugares opostos. A corda simboliza a esperança que todos deviam manter acesa, mesmo nos momentos mais difíceis, para alcançar a liberdade.

Saint-Hilaire descreve o Mestre Álvaro

AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE, pesquisador biológico francês, em suas andanças pelo Espírito Santo, entre 1816 e 1822, descreveu assim a montanha que é o Mestre Álvaro, chamada por ele de Mestre Alvo, talvez seguindo a linguagem de um caboclo que lhe servia de guia:

A montanha do Mestre Alvo é muito arredondada no cume; tem bastante largura, do oriente ao ocidente, e perto desses dois pontos o seu declive é muito oblíquo. Exceto alguns rochedo que se vêem aqui e acolá, a montanha é inteiramente coberta de matas virgens, no meio das quais se fizeram plantações de mandioca, algodão e milho. Subimos acompanhando a trilha de caçadores que

têm o costume de percorrer esses lugares e chegamos ao pé de uma cascata, onde a água se precipitava no tempo das chuvas, mas que, então, só apresentava uma seqüência de rochedos úmidos, quase a prumo e cobertos de musgo. Meu guia assegurou-me, elogiando minha agilidade, que a maior parte dos caçadores da montanha não ia além da cascata; os louvores do homem me estimularam e escalei os rochedos com extrema facilidade. Embora houvesse andado muito, sentia-me revigorado; em vez do excessivo calor que tanto me havia fatigado na véspera, senti, desde o começo do dia, uma temperatura agradável, arvoredos entrelaçados impediam a infiltração mais ampla dos raios do sol e, por todos os cantos, eu encontrava à sombra, regatos de águas cristalinas. Acima da cascata comecei a ver bambus, da grande espécie chamada taquaruçu. Essas gramíneas imensas precisam de umidade e de muita elevação; crescem nas montanhas do Corcovado e da Tijuca, perto do Rio de Janeiro, a uma altura análoga à do local em que então me encontrava. Não achei nenhum exemplar delas na costa muito baixa por onde viajara, quando da minha partida da Capital. As matas virgens do Brasil por vezes são tão obstruídas de espinhos e de cipós que não se poderia penetrar nelas sem abrir caminho a machado; por vezes, também, apresentando dificuldades, não são em absoluto impenetráveis; desta ordem são as de Mestre Alvo. (*Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*, Auguste de Saint-Hilaire, fls. 62 e 63, Livraria Italiana Editora Ltda.)

Obras consultadas

- CLÁUDIO, Afonso. *Insurreição do Queimado*. Vitória, FCAA, 1979.
- GRANDES PERSONAGENS DA NOSSA HISTÓRIA. São Paulo, Abril Cultural, 1972.
- SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. *O templo e a força*. Vitória, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.
- ROWER, P. Dr. H.C. Frei Basílio. *O convento de Nossa Senhora da Penha do Espírito Santo*. F.M., 2. ed. 1965.
- CALDEIRA, Jorge. *História do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- SILVA, Francisco de Assis. *História do Brasil*. Moderna, 1992.
- BOA MORTE, Teodorico. *Insurreição do Queimado em poesia*. 1998.
- NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*.
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, n. 11, julho de 1938, p. 10-18.
- RESENDI, Wilson Lopes de. *A insurreição de 1849 na província do Espírito Santo*. Cachoeiro do Itapemirim, Colégio Estadual Muniz Freire. (tese).
- FERNANDES, Aparicio (org.) *Nossa mensagem*. 1977.
- JOSÉ, Clerio. *História da Serra*. 1998.
- MACIEL, Cleber. *Negros no Espírito Santo*. Vitória, FCAA, 1994.
- ASSIS, F. Eujenio de. *Levante dos escravos no distrito de São José do Queimado, município da Serra*. 1948.